

**Superintendência Federal de Agricultura,  
Pecuária e Abastecimento  
em Santa Catarina.**



**RELATÓRIO DE GESTÃO  
2012  
SFA-SC**



**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO  
SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA EM SANTA CATARINA**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL**

***RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE  
2.012***

**São José/SC, março de 2013**

# **PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL**

## *RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012*

Relatório de Gestão do exercício de 2012, apresentado à Controladoria Geral da União e ao Tribunal de Contas da União, como prestação de contas ordinária anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do art. 71 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Resolução TCU nº 234, de 10 de setembro de 2010, Instrução Normativa TCU nº 63/2010, das Decisões Normativas TCU nº 119/2012, 121/2012 e 124/2012 e das Portarias TCU nº 150/2012 e 133/2013.

São José/SC, Março de 2013

**ROL DE RESPONSÁVEIS****SFA/SC**

<b>Nome:</b> JOEL PAULO PEROTTO		<b>CPF:</b> 219.637.389-34
<b>Cargo ou Função:</b> SUPERINTENDENTE FEDERAL		
<b>Natureza de Responsabilidade:</b> 100 – Ordenador de Despesas		
<b>Portaria de Designação:</b> 822	<b>Data do Ato:</b> 30/09/2011	<b>Data da Publicação:</b> 03/10/2011
<b>Período de Férias:</b>	<b>1º Período/Único:</b>	<b>2º Período:</b>
<b>Endereço Residencial:</b> Rua Prof. Elpidio Barbosa, 235 – Trindade - Florianópolis	<b>Email:</b> Joel.perotto@agricultura.gov.br	

<b>Nome:</b> LUIZ GUSTAVO BALENA PINTO		<b>CPF:</b> 004.762.959-20
<b>Cargo ou Função:</b> Superintendente Federal Substituto		
<b>Natureza de Responsabilidade:</b> 100 – Ordenador de Despesas		
<b>Portaria de Designação:</b> 884	<b>Data do Ato:</b> 28/09/2012	<b>Data da Publicação:</b> 01/10/2012
<b>Período de Férias:</b>	<b>1º Período/Único:</b>	<b>2º Período:</b>
<b>Endereço Residencial:</b> Av. Brasil 3313, Ap. 3401, centro-Balneário Camboriu/SC	<b>Email:</b> Luiz.balena@agricultura.gov.br	

<b>Nome:</b> IARA MARIA LAUS		<b>CPF:</b> 342.374.619-04
<b>Cargo ou Função:</b> SAOD - Seção de Apoio Operacional e Divulgação		
<b>Natureza de Responsabilidade:</b> 103 – Ordenador de Despesas P/Delegação de Competência – Substituto		
<b>Portaria de Designação:</b> 210	<b>Data do Ato:</b> 07.08.2006	<b>Data da Publicação:</b> 09/08/2006
<b>Período de Férias:</b>	<b>1º Período/Único:</b>	<b>2º Período:</b>
<b>Endereço Residencial:</b> Rua São José, 176 – apt. 704 – Florianópolis/SC	<b>Email:</b> <a href="mailto:iara.laus@agricultura.gov.br">iara.laus@agricultura.gov.br</a>	

<b>Nome:</b> HARY OENNING		<b>CPF:</b> 046.647.791-00
<b>Cargo ou Função:</b> Assistente de Administração		
<b>Natureza de Responsabilidade:</b> 110 – Responsável pela Conformidade de Registro de Gestão		
<b>Portaria de Designação:</b> 520	<b>Data do Ato:</b> 16/12/2011	<b>Data da Publicação:</b> 20/12/2011
<b>Período de Férias:</b>	<b>1º Período/Único:</b>	<b>2º Período:</b>
<b>Endereço Residencial:</b> Rua Cristóvão Nunes Pires, 150 – Ap.301 – Edif. Porto do Sol – CEP. 88.010-120	<b>Email:</b> <a href="mailto:Hary.oenning@agricultura.gov.br">Hary.oenning@agricultura.gov.br</a>	

<b>Nome:</b> SIDNEI NASCIMENTO		<b>CPF:</b> 483.057.159-49
<b>Cargo ou Função:</b> Chefe do Serviço de Execução Orçamentária e Financeira		
<b>Natureza de Responsabilidade:</b> 137 – Responsável pelos Atos de Gestão Orçamentária – Titular		
<b>Portaria de Designação:</b> 913	<b>Data do Ato:</b> 27.09.2010	<b>Data da Publicação</b> 28.09.2010
<b>Natureza de Responsabilidade:</b> 138 – Responsável pelos Atos de Gestão Financeira – Titular		
<b>Portaria de Designação:</b> 913	<b>Data do Ato:</b> 27.09.2010	<b>Data da Publicação</b> 28.09.2010
<b>Período de Férias:</b>	<b>1º Período/Único:</b>	<b>2º Período:</b>
<b>Endereço Residencial:</b> R: Guarani, 111 – Florianópolis-SC		<b>Email:</b> <a href="mailto:sidnei.nascimento@agricultura.gov.br">sidnei.nascimento@agricultura.gov.br</a>

<b>Nome:</b> FRANCISCO CARLOS NOLASCO PEREIRA		<b>CPF:</b> 496.041.207-00
<b>Cargo ou Função:</b> CONFORMIDADE DE REGISTRO DE GESTÃO		
<b>Natureza de Responsabilidade:</b> 110– Responsável pela Conformidade De Registro De Gestão		
<b>Portaria de Designação:</b> 520	<b>Data do Ato:</b> 16/12/2011	<b>Data da Publicação</b> 20/12/2011
<b>Período de Férias:</b>	<b>1º Período/Único:</b>	<b>2º Período:</b>
<b>Endereço Residencial:</b> R: Manoel Izidoro Januario, 118 – Armação do Pântano do Sul - Florianópolis/SC		<b>Email:</b> <a href="mailto:francisco.nolasco@agricultura.gov.br">francisco.nolasco@agricultura.gov.br</a>

<b>Nome:</b> ALBERTO JERONIMO PEREIRA		<b>CPF:</b> 135.037.821-68
<b>Cargo ou Função:</b> Coordenador de Contabilidade		
<b>Natureza de Responsabilidade:</b> 207 – Responsável pela Conformidade Contábil		
<b>Portaria de Designação:</b> 419	<b>Data do Ato:</b> 12/05/2008	<b>Data da Publicação</b> 12/05/2088
<b>Período de Férias:</b>	<b>1º Período/Único:</b>	<b>2º Período:</b>
<b>Endereço Residencial:</b>		<b>Email:</b> <a href="mailto:Aberto.jeromo@agricultura.gov.br">Aberto.jeromo@agricultura.gov.br</a>

<b>Nome:</b> JOSÉ CALAZANS DOS SANTOS		<b>CPF:</b> 150.533.377-20
<b>Cargo ou Função:</b> Coordenador de Contabilidade – Substituto		
<b>Natureza de Responsabilidade:</b> 207 – Responsável pela Conformidade Contábil		
<b>Portaria de Designação:</b> 784	<b>Data do Ato:</b> 29/09/2009	<b>Data da Publicação</b> 29/09/2009
<b>Período de Férias:</b>	<b>1º Período/Único:</b>	<b>2º Período:</b>
<b>Endereço Residencial:</b>		<b>Email:</b> <a href="mailto:Jose.calazans@agricultura.gov.br">Jose.calazans@agricultura.gov.br</a>

<b>Nome:</b> PAULO ROBERTO COUTINHO		<b>CPF:</b> 376.727.899-53
<b>Cargo ou Função:</b> Serviço de Material e Patrimônio		
<b>Natureza de Responsabilidade:</b> 301 – Responsável pelo Almoxarifado - Bens de Estoque		
<b>Portaria de Designação:</b> 309	<b>Data do Ato:</b> 02/09/2011	<b>Data da Publicação</b> 08/09/2011
<b>Período de Férias:</b>	<b>1º Período/Único:</b>	<b>2º Período:</b>
<b>Endereço Residencial:</b>		<b>Email:</b> <a href="mailto:Paulo.coutinho@agricultura.gov.br">Paulo.coutinho@agricultura.gov.br</a>

## SUMÁRIO

SFA/SC

<b>A - ABREVIATURAS</b>	
<b>A.1 - Abreviaturas utilizadas no Relatório</b>	<b>11</b>
<b>B - INTRODUÇÃO</b>	
<b>B.1 - Considerações Iniciais</b>	<b>13</b>
<b>1 - IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO</b>	
<b>1.1 – Identificação</b>	<b>15</b>
<b>1.2 – Competências e Atribuições Institucionais</b>	
<b>1.2.1 – Responsabilidades Institucionais da SFA-SC</b>	<b>16</b>
<b>1.3 – Organograma Funcional da SFA/SC</b>	
<b>1.3.1 – Organograma</b>	<b>17</b>
<b>2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E AÇÕES</b>	
<b>2.1 – Planejamento Estratégico</b>	<b>18</b>
<b>2.2 – Estratégia de Atuação Frente às Responsabilidades Institucionais</b>	<b>20</b>
<b>2.3 – Programas de Governo sob a Responsabilidade da SFA-SC</b>	
<b>2.3.1 – Execução dos Programas de Governo</b>	<b>22</b>
<b>2.3.2 – Execução Física das Ações de Programas Realizadas pela SFA-SC</b>	<b>23</b>
<b>2.3.2.I - Programa 356 – Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas</b>	
<b>Ação 4723 – Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de origem Vegetal (RESÍDUOS)</b>	<b>25</b>
<b>Ação 4745 – Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados</b>	<b>27</b>
<b>Ação 4746 – Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos de Origem Vegetal - (PADCLASSIF)</b>	<b>28</b>
<b>Ação 8938 – Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal (INSPANIMAL)</b>	<b>30</b>
<b>Ação 8939 – Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal (IPVEGETAL)</b>	<b>33</b>
<b>2.3.2 .II – Programa 357 – Segurança da Sanidade na Agropecuária</b>	
<b>Ação 2134 – Vigilância e Fisc. do Trânsito Interestadual de Vegetais e seus Produtos e Insumos</b>	<b>34</b>
<b>Ação 2180 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais e seus Produtos (FISCPANTA)</b>	<b>35</b>

Ação 2181 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Intern. de Animais e seus Produtos - FISCANIMAL	<b>36</b>
Ação 4738 – Erradicação da Mosca da Carambola (ERRADMOSCA)	<b>37</b>
Ação 4842 – Erradicação da Febre Aftosa - (FEBREAFTOS)	<b>38</b>
Ação 8572 – Prevenção, Controle, e Erradicação de Pragas dos Vegetais - PCEVEGETAL	<b>39</b>
Ação 8658 – Prevenção, Controle, e Erradicação de Doenças dos Animais - (PCEANIMAL)	<b>41</b>
Ação 2019 – Fiscalização de Materiais Genético Animal - (FISCGENE)	<b>43</b>
<b>2.3.2.III – Programa 375 – Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários</b>	
Ação 2124 – Fiscalização de Insumos Destinados a Alimentação Animal - (FISCINAN)	<b>44</b>
Ação 2140 – Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário - (FISPROVET)	<b>46</b>
Ação 2141 – Fiscalização da Produção e do Comércio de Fertilizantes, Corretivos, Inoculantes e Biofertilizantes - (FISFECOI)	<b>47</b>
Ação 2177 – Fiscalização de Serviços Agrícolas - (FISCAGRIC1)	<b>48</b>
Ação 2179 – Fiscalização de Sementes e Mudanças - (FISCALSEM)	<b>50</b>
Ação 2909 – Fiscalização de Agrotóxicos e Afins (FISAGROTOX)	<b>51</b>
<b>2.3.2 .IV – Programa 0393 – Desenvolvimento do Sistema de Propriedade Intelectual</b>	
Ação 8560 – Fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários - IG (INDGRAF)	<b>52</b>
<b>2.3.2.V – Programa 1442 – Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio</b>	
Ação 4720 – Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica (CERTORGAN)	<b>54</b>
Ação 8591 – Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Agrícolas (APOIOAGRIC)	<b>56</b>
Ação 8592 – Desenvolvimento e Monitoramento de Sistemas de Rastreabilidade Agroalimentar (RASTREAB)	<b>57</b>
Ação 8593 – Apoio ao Uso e Manejo Sustentável dos Recursos Naturais em Agroecossistemas (ORGMANEJO)	<b>58</b>
Ação 8598 – Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Pecuárias (APOIOPEC)	<b>59</b>
Ação 8622 – Desenvolvimento do Associativismo Rural e do Cooperativismo (PROMOCOOP)	<b>60</b>
<b>2.3.2.VI – Programa 6003 – Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário</b>	
Ação 2B17 – Fiscalização de Contratos e Repasse (FISCONTRATO)	<b>62</b>
Ação 8611 – Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário (APPRODUTOR)	<b>65</b>
Ação 4747– Fiscalização de Serviços Pecuários - FISCALPEC	<b>66</b>
<b>3 – ESTRUTURA DE GOVERNANÇAS E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO</b>	
<b>3.1 – Estrutura de Controles Internos da UJ</b>	<b>67</b>
<b>3 – ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO</b>	

<b>3.2 - Estrutura e Atividades do Sistema de Correição</b>	<b>69</b>
<b>4 – PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA</b>	
<b>4.1 – Desempenho na Execução Orçamentária e Financeira</b>	<b>70</b>
<b>4.2 – Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação</b>	<b>74</b>
<b>5 – TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA</b>	
<b>5.1 – Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos</b>	<b>77</b>
<b>5.1.1 – Análise Crítica</b>	<b>78</b>
<b>5.2 – Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores</b>	<b>79</b>
<b>5.2.1 – Análise Crítica De Restos a Pagar</b>	<b>80</b>
<b>5.3 – Transferências Efetuadas no Exercício por Convênios, Contrato de Repasse, etc</b>	<b>81</b>
<b>5.3.1 – Análise Crítica das Transferências Efetuadas no Exercício por Convênios, Contrato de Repasse, etc</b>	<b>85</b>
<b>5.4 – Informações sobre a Utilização de Suprimento de Fundos, contas bancárias tipo B e Cartões de Crédito</b>	<b>88</b>
<b>5.5 – Renúncias Tributárias sob Gestão da SFA-SC</b>	<b>90</b>
<b>5.6 – Gestão de Precatórios</b>	<b>92</b>
<b>6 – GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS</b>	
<b>6.1 – Estrutura de Pessoal da Unidade</b>	<b>94</b>
<b>6.2 – Composição do Quadro de Recursos Humanos por Faixa Etária</b>	<b>97</b>
<b>6.3 – Composição do Quadro de Recursos Humanos por Nível de Escolaridade</b>	<b>98</b>
<b>6.4 – Quadro de Custos de Recursos Humanos</b>	<b>99</b>
<b>6.5 – Composição do Quadro de Servidores Inativos e pensionistas</b>	<b>101</b>
<b>6.6 – Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos</b>	<b>103</b>
<b>6.7 – Informações Sobre a Terceirização de Mão de Obra e Sobre o Quadro De Estagiários</b>	<b>105</b>
<b>7 – GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO</b>	
<b>7.1 – Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União ou Locado de Terceiros</b>	<b>108</b>
<b>8 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO</b>	
<b>8.1 – Gestão de Tecnologia da Informação (TI)</b>	<b>110</b>
<b>9 – GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL</b>	
<b>9.1 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis</b>	<b>113</b>
<b>9.2 – Consumo do papel, Energia e Água</b>	<b>115</b>

<b>10 – CONFORMIDADES E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS</b>	
<b>10.1 – Informações acerca do cumprimento pela UJ das Obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730/1993</b>	<b>116</b>
<b>10.1.1 – Deliberações do TCU atendidas no exercício</b>	<b>118</b>
<b>10.1.2 – Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício</b>	<b>119</b>
<b>10.1.3 – Recomendações da OCI atendidas no exercício</b>	<b>120</b>
<b>10.1.4 – Recomendações da OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício</b>	<b>121</b>
<b>10.1.5 – Recomendações da Unidade de Controles Internos</b>	<b>123</b>
<b>10.2 – Declaração Atestando a Disponibilização de Informações no SIAG e SICONV</b>	<b>124</b>
<b>11 – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS</b>	
<b>11.1 - Declaração do Contador Responsável</b>	<b>125</b>

## A - ABREVIATURAS

### A.1 - Abreviaturas utilizadas no Relatório

Abreviatura:	Nomenclatura:
CCPS	Centro de Coleta e Processamento de Sêmen
CCRC	Coordenação de Controle de Resíduos e Contaminantes
CGQV	Coordenação Geral de Qualidade Vegetal
CIDASC	Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina
CIG	Coordenação de Incentivo à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
COAGRE	Coordenação de Agroecologia
CPOrg	Comissão da Produção Orgânica
CTNBio	Comissão Nacional de Biossegurança
DDA	Divisão de Defesa Agropecuária
DEPTA	Departamento de Propriedade Intelectual e Tecnologia da Agropecuária
DFIP	Departamento de Fiscalização de Insumos Pecuários
DILEI	Divisão de Inspeção de Leite e Derivados, Mel e Produtos Apícolas
DIPOA	Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal
DIPOV	Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal
DN - TCU	Decisão Normativa do Tribunal de Contas da União
DOU	Diário Oficial da União
DPDAG	Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário
DAS	Departamento de Saúde Animal
EEB	Encefalopatia Espongiforme Bovina
EET	Encefalopatia Espongiforme Transmissível
ERAS	Estabelecimento Rural Aprovado SISBOV
FFA	Fiscal Federal Agropecuário
FISCINAN	Fiscalização de Insumos Destinados a Alimentação Animal
IABRAS	Instituto de Desenvolvimento da Organização Nacional de Excelência Administrativa
LANAGRO/PE	Laboratório Nacional Agropecuário em Pernambuco
LDO	Lei das Diretrizes Orçamentária
LOA	Lei Orçamentária Anual
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
PI	Plano Interno
PInt	Produção Integrada
PNCRC	Programa Nacional de Combate a Raiva dos Herbívoros
PNSA	Programa Nacional de Sanidade Avícola
PPA	Plano Plurianual
PRODESA	Programa de Desenvolvimento Agropecuário
PSC	Peste Suína Clássica.
DAS	Secretaria de Defesa Animal
SFA-SC	Superintendência Federal da Agricultura em Santa Catarina
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

SICASQ	Sistema de Cadastro dos Agentes da Cadeia Produtiva de Vegetais, seus Produtos, Subprodutos e Derivados para Certificação da Segurança e Qualidade
SIF	Serviço de Inspeção Federal
SIGorg	Sistema Informatizado de Gerenciamento da Produção Orgânica
SIORG	Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SIPLAN	Sistema Integrado de Planejamento
SIPOA	Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal
SIPOV	Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal
SISBI /POA	Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal
SISBOV	Serviço de Rastreabilidade da Cadeia Produtiva de Bovinos e Bubalinos
SisOrg	Sistema Brasileiro de Garantia da Conformidade Orgânica
SSA/SC	Serviço de Saúde Animal em Santa Catarina
SUASA	Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária
SSV/SC	Serviço de Sanidade Vegetal em Santa Catarina
SVA	Serviço de Vigilância Agropecuária
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UJ	Unidade Jurisdicionada
UVAGRO	Unidades de Vigilância Agropecuária

## ***B - INTRODUÇÃO***

### ***B.1 - Considerações Iniciais***

A grande demanda de serviços relacionados as atividades finalísticas da Superintendência, tem em muito envolvido seu corpo de servidores no sentido de dar guaridas necessária ao bom desempenhos das funções institucionais do MAPA.

Neste contexto, o Planejamento Estratégico e Operacional, que passou a ser adotado como ferramenta essencial de trabalho, a partir de 2010, quando se buscou desmitificar o conceito de algo utópico, tem sido aliado fundamental para consecução dos objetivos pretendidos, expondo de maneira clara, cenários que se avizinham e exigem especial atenção dos envolvidos, ao mesmo tempo em que possibilita a interação de maneira harmoniosa entre os diferentes níveis hierárquico que integram a estrutura da Instituição.

O empenho empreendido é o diapasão para mensurar o alcance de um novo marco dentro deste conjunto de fatores, evidenciados pelos resultados obtidos ao longo do exercício que finda, de onde podemos extrair, como fonte germinadora do processo, a inter-relação existente, diagnóstico este aferido por indicadores que refletem de forma eficiente os vários pontos em que são necessárias medidas saneadoras, caso o resultado não seja o esperado, ou que convalide as ações que por sua natureza tenham sido concluídas dentro de parâmetros desejados.

Para obtenção destes resultados, evidente que são necessários meios financeiros e estruturais, envolvendo ações político-estratégicas específicas à realidade em que se insere a SFA-SC. Nem sempre a realidade vivenciada em Santa Catarina são as mesmas que se detectam em outras regiões do País, pois em razão de suas dimensões continentais, exige que se tenham metodologias de trabalhos distintas entre si, tendo como um dos fatores representativos desta diferença, a significativa miscigenação, envolvendo etnias, resultando em mudanças de culturas o que ocasionam, conseqüentemente, em mudança de posturas por parte dos entes comprometidos.

Apesar de não ter sido realizado em número satisfatório, um dos instrumentos importante de cotejo para a atuação dos setores que integram a Superintendência tem sido a RAE – Reunião de Avaliação Estratégica, onde se avaliam os níveis de aderências dos serviços aos Programas institucionais e de interesses da Organização, no entanto, não podemos descartar a importância, para a obtenção de resultados positivos, a realização de reuniões semanais entre os vários serviços que integram a estrutura organizacional da Superintendência.

As metas ali estabelecidas são discutidas em exaustão e definidas em grupo, fazendo com que o comprometimento seja geral em detrimento do individual, gerando assim uma gama de aliados em torno de um objetivo.

Dentre as muitas ações desenvolvidas, devemos registrar as parcerias existentes entre a SFA-SC, os órgãos estaduais e entidades privadas, trabalho este frutificado pelo excelente diagnóstico que se faz com a qualidade dos produtos agropecuários produzidos em Santa Catarina.

Outro fator importante e que tem ajudado de modo significativo, é o trabalho esmerado no campo da fiscalização e inspeção, com a realização de incursões objetivando avaliar o grau da qualidade dos produtos, procedimento este que resultou em emissões de notificações, autos de infração, quando não, apreensões de produtos que, por suas características, não reuniam a qualidade exigida pelas normas reguladoras.

Ao contraponto de todo este trabalho, as dificuldades financeiras e funcionais nas ações de apoio ao setor finalístico, tem sido marcantes, ocasionando inúmeras obstruções que dificultam um melhor resultado. Atualmente a SFA-SC está localizada em área privilegiada, superior a 13ha., em região quase central do município de São José/SC, cidade esta contígua a Capital catarinense.

Sua manutenção dispensa especial atenção, pois do total de sua área, aproximadamente 5 ha., são de mata nativa, devendo receber tratamento especial buscando sua preservação. O restante compreende áreas verdes gramadas, arvores ornamentais e frutíferas, e 15 prédios, distribuídos de forma espargidas, o que exige trabalho constante de melhoramentos, o que vem sendo drasticamente prejudicado pelas constantes reduções orçamentárias.

Por outro lado, apesar da dificultada registrada no parágrafo anterior, a sede atual da Superintendência oferece aos seus usuários local aprazível, desconexo com vida atribulada dos grandes centros, normalmente utilizados pelos organismos públicos.

O novo exercício que se inicia, espera-se que o grau de conformidade às ações institucionais seja gradativamente melhorado, permitindo assim um constante aperfeiçoamento para consecução dos objetivos primaz da Organização.

<b>1 - IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO</b>
<b>1.1 – IDENTIFICAÇÃO</b>

<b>Quadro A.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual</b>
--

Poder e Órgão de Vinculação		
<b>Poder:</b> EXECUTIVO		
<b>Órgão de Vinculação:</b> Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA		<b>Código SIORG:</b> 14
Identificação da Unidade Jurisdicionada		
<b>Denominação Completa:</b> Superintendência Federal de Agricultura e Abastecimento em Santa Catarina		
<b>Denominação Abreviada:</b> SFA/SC		
<b>Código SIORG:</b> 2781	<b>Cód. LOA:</b> 22101	<b>Código SIAFI:</b> 130072
<b>Situação:</b> ATIVA		
<b>Natureza Jurídica:</b> 101-5 - Órgão Público do Poder Executivo Federal		<b>CNPJ:</b> 00.396.895/0030-60
<b>Principal Atividade:</b> Assessoria, Consultoria, Orientação e Assistência		<b>Código CNAE:</b> 7490-1/03
<b>Telefones</b>		(048) 3261-9901 - 9900
<b>Fax de contato:</b>		(048) 3261-9902
<b>Endereço Eletrônico:</b> gab-sc@agricultura.gov.br		
<b>Página na Internet:</b> <a href="http://www.agricultura.gov.br">http://www.agricultura.gov.br</a>		
<b>Endereço Postal:</b> Rua João Grumiché, 117 -Bairro Kobrasol - CEP 88.102-600 - São José-SC		
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada		
Lei Delegada nº 9 de 11 de outubro de 1962, publicada no DOU em 12.10.1962, com republicação feita em 03.01.1963		
Outras normas infra legais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada		
Portaria nº 428 de 09 de junho de 2010, publicada no DOU em 14.07.2010		
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada		
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões		
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão	

## **1.2 – COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES INSTITUCIONAIS**

### ***1.2.1 – Responsabilidades Institucionais da SFA-SC***

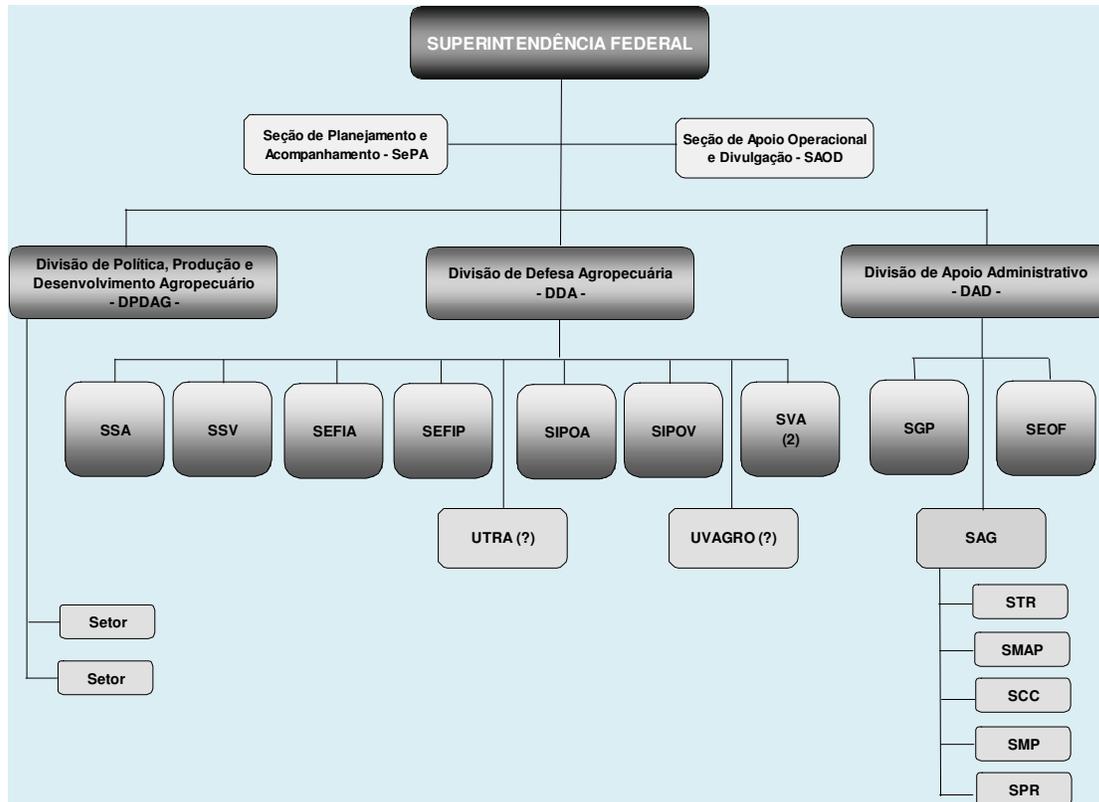
De acordo com o Artigo 1º do Anexo do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, abaixo transcrito, estabelecido pela Portaria 428/2010, compete às Superintendências executar atividades e ações de:

- I -** defesa sanitária, inspeção, classificação e fiscalização agropecuárias;
- II -** fomento e desenvolvimento agropecuário e da heveicultura;
- III -** assistência técnica e extensão rural;
- IV -** infraestrutura rural, cooperativismo e associativismo rural;
- V -** produção e comercialização de produtos agropecuários, inclusive do café, cana-de-açúcar, açúcar e álcool;
- VI -** administração e desenvolvimento de pessoas, bem assim de serviços gerais;
- VII -** planejamento estratégico e planejamento operacional;
- VIII -** programação, acompanhamento e execução orçamentária e financeira dos recursos alocados;
- IX -** qualidade e produtividade dos serviços prestados aos seus usuários; e
- X -** aperfeiçoamento da gestão da Superintendência Federal.

Na norma ainda fixa, no Parágrafo Único do mesmo dispositivo, que as jurisdições das Superintendências ficam adstritas ao âmbito de cada Unidade da Federação, podendo ocorrer alterações destes limites, no interesse comum, quando se tratar da execução das atividades de defesa agropecuária e de apoio à produção e à comercialização agropecuária, à infraestrutura rural, bem como ao cooperativismo e ao associativismo rural, mediante ato do Ministro de Estado.

### 1.3 - ORGANOGRAMA FUNCIONAL DA SFA/SC

#### 1.3.1 - ORGANOGRAMA



## 2. Planejamento Estratégico, Plano de Metas e de Ações

### 2.1 – Planejamento Estratégico

#### PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA SFA/SC

O Planejamento Estratégico consiste num processo de formulação de objetivos, visando selecionar e executar programas de ação, tendo em vista a situação interna e externa da instituição e a intenção de melhorar os resultados esperados em face de:

**MISSÃO** - Promover o Desenvolvimento Sustentável e a Competitividade do Agronegócio em Benefício da Sociedade brasileira.

**VISÃO DO FUTURO** - 2012-2015 - Ser reconhecido pela qualidade e Agilidade na Implementação de Políticas e na Prestação de Serviços para o Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio, no caso do MAPA.

#### GESTÃO ESTRATÉGICA

A Gestão Estratégica é um meio de acrescer novos elementos de reflexão e ação sistemática continuada, visando avaliar a situação, elaborar projetos estratégicos, através de metodologias ou ferramentas como o Balanced Scorecard, Escritório de Projetos ou Processos.

A **título de informação** apresentamos um **breve relato** da situação da Gestão Estratégica na Superintendência Federal da Agricultura em Santa Catarina.

**Em 2012**, ocorreu uma pausa para revisão do planejamento corporativo, no que diz respeito a resultados, indicadores, metas nacionais e projetos.

**Em abril de 2012**, deu-se início a **primeira etapa** da revisão com a realização de uma Oficina de Desdobramento da Gestão Estratégica na sede do MAPA em Brasília, com a participação de representantes da área técnica das Superintendências, tendo por meta analisar quais dos resultados corporativos estabelecidos pelo MAPA para aplicação nas Superintendências, deverão ser desdobrados a nível local, a fim de melhorar o grau de gerência e criar seus próprios resultados estratégicos, indicadores, metas regionais e projetos.

**Numa segunda etapa**, também no MAPA em Brasília, foi realizada uma Oficina de Capacitação em Gestão Estratégica e Gestão Operacional e Inovação, **em novembro de 2012**, desta feita para os representantes das áreas de planejamento das Superintendências Federais de Agricultura, cujos conhecimentos adquiridos somados ao da primeira oficina e com embasamento nos Resultados, Indicadores, Metas Nacionais e Projetos oriundos da Assessoria de Gestão Estratégica do MAPA em Brasília, dar-se-ia início ao processo de elaboração do escopo do Planejamento Local, preservando-se os Planos Internos e Projetos já existentes e estruturando um portfólio de novos Planos e Projetos.

Como resultado da segunda oficina, foi elaborada uma agenda de trabalho com proposta de encaminhamento para 2013 visando aprimorar a estrutura organizacional da área de planejamento das Superintendências, que constará do projeto de Redimensionamento Organizacional e de Procedimentos, com alocação de competências humanas adequadas, criando-se condições de trabalho mínimas e indispensáveis para responder pelas atividades da área e dar sustentação ao planejamento local.

Implantada a Gestão Estratégica, há que se fazer o acompanhamento, o que ocorre através da RAE- Reunião de Análise Estratégica, realizada após a coleta de dados de todas as áreas da

SFA/SC, que nada mais é do que uma ferramenta adicional de comunicação da estratégia, visando criar uma consciência e pensamento estratégico, revisar questões estratégicas e dialogar sobre o desempenho e realinhamento da organização institucional, funcionando ainda como um diagnóstico estratégico onde se levanta a situação atual da organização e se avalia se as estratégias adotadas para o período em análise alcançaram os resultados esperados, não somente em função do cumprimento de metas, mas, sobretudo, em benefício da sociedade brasileira.

A RAE deve representar o desempenho da organização, comparando-se os resultados alcançados às respectivas metas e estratégia planejada, procurando entender seu comportamento e enfatizando sua relação com as iniciativas estratégicas e ações associadas.

A Reunião de Análise Estratégica deverá ser feita com todos os responsáveis pelos Indicadores, que se encontram acima ou abaixo das metas, analisando as causas que influenciaram esses resultados, para discussão e mudança de estratégia, quando for o caso.

A RAE proporciona a área analisada diagnosticar suas atividades, oferecendo às gerências excepcional instrumento de acompanhamento e controle dos resultados planejados.

A periodicidade da RAE é trimestral, sendo que para o ano de 2013 estão previstas 04 reuniões, a primeira programada para meados de abril/2013.

O Plano Estratégico nas Superintendências nada mais é que o desdobramento da Gestão Estratégica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que por sua vez estabelece diretrizes técnicas/políticas para inserção no PPA- Plano Plurianual, com a mesma visão e período de abrangência para 2012-2015;

Quanto à vinculação do plano estratégico da unidade com suas competências constitucionais, legais ou normativas, fica por conta do Art. 13 do Regimento Interno das Superintendências onde está demonstrado a vinculação do Plano Estratégico das unidades regionais com suas competências constitucionais e normativas.

Com respeito à vinculação do plano estratégico da unidade com o PPA, todos os Resultados Estratégicos Corporativos aplicados pelas Superintendências estão inseridos no PPA, tendo como horizonte de planejamento o mesmo do PPA, com visão de longo prazo, objetivos, iniciativas, orçamento anual e respectivas ações.

A propósito, cabe-nos observar que os Resultados Estratégicos e Indicadores pertinentes à Agricultura fazem parte do PPA, tendo sido inseridos no sistema pelo próprio MAPA, sendo que as Ações fazem parte da LOA.

## 2.2 – Estratégia de Atuação frente às Responsabilidades Institucionais

A Superintendência Federal da Agricultura em Santa Catarina, tem um papel determinante no desempenho das atividades agroindustriais do setor de alimentos no Estado, que é um dos mais representativos do país.

Santa Catarina é referencia nacional na produção, industrialização e exportação de aves e suínos, passando por aqui, a maioria das missões internacionais que asseguram a qualidade dos alimentos brasileiros para o mundo.

Para se ter uma idéia da dimensão do negócio de carnes neste Estado, o complexo portuário Itajaí/Navegantes, conta com uma estrutura de logística e armazenagem a frio, acima de 160.000 toneladas, sendo o maior da América Latina.

Três objetivos claros norteiam a gestão desta SFA-SC para o período de 2012-2015:

1. Restabelecer a governança das ações de Defesa Agropecuária entre a SFA-SC, Secretaria de Estado da Agricultura e CIDASC.
2. Resgatar junto aos Serviços que integram o SUASA, o tratamento de Clientes, as nossas indústrias de alimentos, da pesca e do sistema cooperativo de nosso Estado.
3. Implementar um Planejamento efetivo para gestão por resultados na SFA-SC, estabelecendo canais de comunicação integrados e permanentes com Brasília, com as entidades representativas do agronegócio catarinense e Governo do Estado.

Estes objetivos foram traçados em função da necessidade de reestruturar e implantar um modelo de gestão voltado para resultados externos, atender clientes, apoiar as necessidades do agronegócio e estabelecer canais de comunicação, que permitam a governança das ações do MAPA em SC., em harmonia com as necessidades e objetivos dos diferentes segmentos que integram o agronegócio catarinense por inteiro.

Neste contexto, as relações técnicas entre MAPA-SFA com as entidades do Governo do Estado, do sistema Cooperativo de produção e agroindústrias da carne e da pesca, foram determinantes para o início de um novo modelo de gestão na SFA-SC em 2012.

A Governança é o restabelecimento harmônico dos acordos estratégicos entre a SFA-SC e Governo do Estado nas ações de Defesa Agropecuária.

Este processo evoluiu muito em 2012, com a formação de agenda comum entre SFA-SC e Secretaria de Estado da Agricultura, em reuniões conjuntas e permanentes em Florianópolis e Brasília.

O resgate do tratamento de “clientes”- as indústrias catarinenses de processamento de carnes, leites e derivados, de pescados, de nutrição animal, de produção e comercialização de insumos agropecuários, dentre outros que necessitam dos serviços do MAPA - é um grande desafio, em função da cultura interna consolidada de foco específico da “Fiscalização”, como atividade única de cada um dos Serviços que integram o SUASA.

Praticar a integração com instituições representativas dos segmentos industriais para a melhoria dos serviços, é visto com desconfiança, receio e restrições pela maioria do quadro de Fiscais.

Esta visão e comportamento, necessita ser alterada com o fortalecimento, efetividade e agilidade no atendimento dos “Serviços demandados pelas Indústrias” sem nenhuma relação com as atividades operacionais de qualquer fiscal nas rotinas de trabalho da Inspeção ou Fiscalização.

Os serviços como registros industriais, embalagens, rotulagens, liberações de importações e exportações, fazem parte dos mesmos Serviços que inspecionam e fiscalizam e com a mesma cultura.

Quem são nossos clientes ?

A maioria dos Fiscais quando questionado sobre quem são os clientes do MAPA, apontam para o consumidor e a sociedade brasileira. Estes não são nossos clientes, são os beneficiados dos nossos serviços. Nossos clientes são aqueles que procuram pelos nossos serviços ou necessitam deles para executar suas atividades empresariais.

Resgatar o tratamento de “clientes” para o agricultor através de suas cooperativas, agroindústrias ou empresas que adquirem e processam sua produção, é um dos objetivos do planejamento estratégico desta SFA-SC.

O terceiro objetivo é consolidar o Planejamento da SFA-SC, criar os instrumentos e ferramentas para planejar, executar, avaliar os resultados, e, definir metas e cenários em conjunto com o Governo do Estado e os setores representativos do agronegócio catarinense. Este conjunto de objetivos norteou as ações da gestão desta SFA-SC em 2012.

A gestão interna não pode ser um fim em si mesmo. As atividades administrativas têm por objetivo, dar o suporte necessário para que as atividades e serviços finalísticos sejam executados com qualidade e nos prazos definidos.

A gestão do custeio da SFA-SC com certeza, foi o maior obstáculo em 2012. As estruturas físicas da SFA em todo o Estado não receberam os recursos mínimos necessários ao seu funcionamento e manutenção.

As atividades operacionais contempladas nos PI(s) técnicos foram cumpridas com orçamento e recursos específicos afetos a cada gestor e chefe de Serviço.

Destacamos em 2012:

1. A escolha de Santa Catarina para o Projeto Piloto nacional do SISBI-POA decorrente do novo modelo de governança integrado entre SFA-SC e Governo do Estado.
2. Recursos assegurados de financiamento com juros e carência especial para construção de estruturas de armazenagem para retenção de grãos em Santa Catarina. Trata-se de reivindicação antiga, especialmente do sistema cooperativo do Oeste do Estado.
3. A formalização da Unidade do Vigiagro no Porto de Itapoá.
4. A liberação das guias de importação diretamente no complexo Itajaí/Navegantes. Este serviço era executado somente em São José, distante 80 km do local.

Entendemos que, para a melhoria da gestão dos serviços do MAPA, é necessário descentralizar parte das decisões técnicas aos chefes de serviços e ao DDA, evitando o excesso de tramitação de documentos e morosidade das respostas de Brasília, em especial, no que se refere às necessidades das empresas.

Outra situação que sugerimos é a capacitação continuada em alto nível para a formação permanente de gestores para ocupação dos cargos de chefia nas áreas técnicas.

Joel Paulo Perotto

Superintendente Federal da Agricultura em Santa Catarina – SFA/SC

## 2.3 – Programas de Governo sob a Responsabilidade da SFA-SC

### 2.3.1 – Execução dos Programas de Governo

Os Programas de Governo estabelecidos no PPA 2012-2015 tem seu gerenciamento e controle realizados na sede do MAPA, razão pela qual esta UJ não abordará as informações requeridas pelo **Quadro A.4.1 A A.4.6 – Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ**, da Portaria TCU nº 150 datada de 03 de Julho de 2012, ficando o seu descritivo sob a responsabilidade e competência da esfera superior a esta SFA-SC.

#### Quadro A.4.6 – Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código						
Descrição						
Unidade Responsável						
Unidade Orçamentária						
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

O quadro A.4.6.1 abaixo, juntamente com as análises críticas das ações por Plano Interno, cumprimento das metas, problemas de execução e ações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas, sintetizam as informações constantes dos quadros A.4.1, A.4.2, A.4.3, A.4.4 e A.4.5.

## 2.3.2 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES DE PROGRAMAS REALIZADAS PELA SFA/SC

### Planos Internos - Quadro Geral

Os Planos Internos, integrantes dos Programas previstos no PPA do Governo Federal para o período de 2012 a 2015, tem sua gestão realizada pela sede do MAPA, no entanto a UJ tem papel preponderante, na sua abrangência de atuação, no cumprimento das metas fixadas normativamente, contribuindo de forma significativa para concussão dos objetivos fixados individualmente à cada Ação, razão pela qual estaremos abordando a seguir, na forma dos Planos Internos descrito na tabela abaixo, ações as quais mereceram atenção dos técnicos desta Unidade por contemplarem acontecimentos que estão diretamente relacionados à realidade em que se insere a atuação deste Organismo.

#### Quadro A.4.6.1 - Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Sub-função	Programa	Ação	nome	div/serv	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2013
20	665	356	4723	resíduos	sipov	A	3	Análise realizada (unidade)	199 (1)	98	**
20	125	356	4745	fiscorgen	sefia	A	3	Fiscalização realizada (unidade)	85	89	100
20	125	356	4746	padclassif	sipov	A	3	Fiscalização realizada (unidade)	150	152	**
20	125	356	8938	inspanimal	sipoa	A	3	Estabelec. Inspeccionado(unidade)	288	288	288
20	125	356	8939	ipvegetal	sipov	A	3	Estabelec. Inspeccionado(unidade)	126	95	**
20	603	357	2134	vigifito	ssv	A	3	Fiscalização realizada (unidade)	35.000	58.737	55.000
20	603	357	2180	fiscplanta	vigiagro	A	3	Fiscalização Realizada (unidade)	148000	125000	133500
20	604	357	2181	fiscanimal	vigiagro	A	3	Fiscalização Realizada (unidade)	76000	68000	80000
20	603	357	4738	erradimosc	ssv	A	3	Área Controlada (ha)	0	9.534.618	(*)
20	604	357	4842	febreaftos	ssa	A	3	Área Livre (km <sup>2</sup> )	95.346	95.346	**
20	603	357	8572	pcevegetal	ssv	A	3	Área controlada (ha)	90.949	369.488	350.000
20	604	357	8658	pceanimal	ssa	A	3	Propriedade Atendida (unidade)	110.000	142.809	**
20	125	375	2019	fiscgene	sefip	A	3	Fiscalização Realizada (unidade)	108	170	108

20	125	375	212 4	fiscinan	sefip	A	3	Fiscalização Realizada (unidade)	120	207	143
20	125	375	214 0	fisprove t	sefip	A	3	Fiscalização Realizada (unidade)	77	38	55
20	125	375	214 1	fisfecoi	sefia	A	3	Fiscalização Realizada (unidade)	400	379	170
20	125	375	217 7	fiscagric	sefia	A	3	Fiscalização Realizada (unidade)	45	92	80
20	125	375	217 9	fiscalse m	sefia	A	3	Fiscalização Realizada (unidade)	792	894	846
20	125	375	290 9	fisagrot ox	sefia	A	3	Fiscalização Realizada (unidade)	8	11	17
20	572	393	856 0	indgraf	dpdag	A	3	Projeto Apoiado (unidade)	0	0	(*)
20	128	1442	472 0	certorga n	dpdag	A	3	Unidade Controlada (unidade)	(*)	461	461
20	128	1442	859 1	apoioagr ic	dpdag	A	3	Pessoa Beneficiada (unidade)	100	120	150
20	125	1442	859 2	rastreab	sefip	A	3	Fiscalização Realizada (unidade)	0	0	0
20	541	1442	859 3	orgaman ej	dpdag	A	3	Pessoa Beneficiada (unidade)	(*)	80	100
20	125	1442	859 8	apoiope c	dpdag	A	3	Pessoa Beneficiada (unidade)	(*)		200
20	128	1442	862 2	promoc oo	dpdag	A	3	Entidade Assistida (unidade)	20	20	23
20	122	6003	2B1 7	fiscontra to	dpdag	A	3	Contrato Fiscalizado (unidade)	32	107	121
20	605	6003	861 1	aprodu t	dpdag	A	3	Produtor Atendido (unidade)	190.7 45	194.53 0	198.25 4
20	125	375	474 7	fiscalpe c	dpdag	A	3	Fiscalização Realizada (unidade)	(*)	2	2

(\*) as metas ainda não foram definidas no SIPLAN

(\*\*) meta prevista inicialmente de 120.000 pelo DSA/SDA e previsto corrigido para 90.000 pelo SSA/SC.

\*\* (meta a ser realizada em 2013) ainda não temos estes valores

(1) - só área vegetal

## **RELATÓRIO DE GESTÃO – PI - RESÍDUOS**

**Ano base 2012 (Área Vegetal)**

### **Análise crítica**

O PI RESÍDUOS é utilizado para desenvolver as atividades propostas no Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes (PNCRC) que envolve as áreas animal e vegetal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

O PNCRC, instituído pelas Instruções Normativas 42/1999 (animal) e 42/2008 (vegetal), regulamenta os procedimentos para o monitoramento e a investigação dos níveis de resíduos e contaminantes nos setores de produtos vegetais, carnes, mel, leite e pescado. As ações no Ministério da Agricultura para a aplicação do PNCRC são desenvolvidas pela Coordenação de Controle de Resíduos e Contaminantes (CCRC), vinculada à Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA/MAPA).

O monitoramento consiste na coleta de produtos por amostragem, os quais são destinados a laboratórios oficiais ou credenciados pelo MAPA para exame dos níveis dos resíduos e contaminantes. A determinação do número e período de coletas é feita pela Coordenação do Programa.

Se os produtos apresentarem níveis de substâncias nocivas acima dos estabelecidos pela legislação, a Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA) encaminha equipes de fiscalização para desenvolver, no âmbito Estadual, as investigações.

A investigação é baseada na fiscalização da propriedade envolvida na violação para o levantamento das possíveis causas da não conformidade identificada. A investigação também pode envolver propriedades circunvizinhas e demais locais de interesse, ou de seus fornecedores de insumos. O Ministério Público e a Polícia Federal podem abrir processo criminal nos casos de uso de produtos proibidos.

### **Cumprimento das metas físicas:**

Para o ano de 2012, no Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes para Produtos de Origem Vegetal (PNCRC Vegetal) em SC estavam previstas coletas dos seguintes produtos: amendoim, arroz, banana, batata, castanha do Brasil, feijão, maçã e pêssego, totalizando 199 amostras.

Em virtude da falta de laboratórios para execução das análises, o PNCRC Vegetal, no âmbito da SFA-SC, concentrou-se no monitoramento dos produtos arroz, maçã e pêssego, efetuando 98 coletas.

Foram efetuadas coletas de 36 amostras de arroz, para avaliar a presença de micotoxinas (afla, DON e ocratoxina) e resíduos de agrotóxicos. Além disso, foram coletadas 51 amostras de maçã e 11 amostras de pêssego, para avaliar os níveis de resíduos de agrotóxicos.

Foram detectadas violações (não conformidades) em 02 amostras de maçã e 09 violações em pêssego, sendo deste último, 04 no mercado interno e 05 na importação.

Durante 2012, 1 (um) processo investigatório decorrente de violação ocorrida na safra 2010-11 em maçã, teve continuidade, tendo sido tomadas as ações cabíveis e imputadas as responsabilidades a empresa interessada. A empresa foi submetida ao controle de 5 lotes consecutivos, devendo os mesmos serem analisados, previamente a exportação.

Com relação as não conformidades apuradas no pêssego do mercado interno, o MAPA realizou, em conjunto com a CIDASC e FATMA, ação fiscal para apurar as causas e imputar as penalidades cabíveis aos responsáveis.

#### **Ações que apresentaram problemas de execução:**

Na área vegetal, não foram efetuadas as coletas dos seguintes produtos: amendoim, banana, batata, castanha do Brasil e feijão por falta de laboratórios aptos para realizar as análises. Além disso, 29 amostras de maçã foram previamente repassadas para o UVAGRO Dionísio Cerqueira coletar, porém estas não foram coletadas.

#### **Ações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas:**

Não houve ações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas. O executado leva em consideração a demanda da CCRC e a capacidade operacional dos laboratórios, ambas previamente alinhadas.

#### **Ações Prioritárias na LDO:**

Um dos objetivos do PNCR é tornar-se parte integrante do esforço destinado a melhoria da produtividade e da qualidade dos alimentos de origem animal e vegetal colocados à disposição da população brasileira, e secundariamente, proporcionar à nação, condições de se adequar do ponto de vista sanitário, às regras do comércio internacional de alimentos, preconizadas pela Organização Mundial do Comércio (OMC) e órgãos auxiliares (FAO, OIE e WHO). Assim, a tendência é que o Plano seja a cada ano intensificado, com a utilização de novas tecnologias, metodologias de análises, treinamento e aperfeiçoamento de pessoal e aumento da capacidade operacional de coletas e análises.

Para o ano de 2013, na área vegetal, a precisão é que sejam efetuadas as coletas, conforme demandado pela CCRC.

Além disso, serão executadas as investigações, porventura ocorram violações durante o programa de monitoramento.

**Análise Crítica:**

**Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados - OGM:**

**a) Cumprimento das metas físicas:**

Os Organismos Geneticamente Modificados (OGM) são provenientes de uma tecnologia relativamente nova que vem sendo desenvolvida e aplicada nas técnicas de produção agrícolas. Resumidamente, organismos geneticamente modificados são definidos como toda entidade biológica cujo material genético (ADN/ARN) foi alterado por meio de qualquer técnica de engenharia genética de uma maneira que não ocorreria naturalmente. Com a preocupação do uso dessa tecnologia incorporada nos insumos agrícolas é imprescindível que estes passem pela aprovação da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), que estabelece regras a serem cumpridas para liberação e utilização desses organismos para uso comercial. Compete ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento a fiscalização de produtos e atividades que utilizem organismos geneticamente modificados destinados a agricultura, atividade esta descentralizada para execução nos estados através do Serviço de Fiscalização de Insumos Agrícolas SEFIA/DDA/SFA/SC.

A meta descentralizada para o exercício de 2012, foi de 85 (oitenta e cinco) fiscalizações, sendo distribuídas entre fiscalizações de Coexistências, que são realizadas em plantio comercial da cultura do milho, onde é verificado o cumprimento das regras para coexistência do plantio de milho OGM e o plantio de milho com cultivares convencionais. A outra linha de atuação é a fiscalização das entidades que promovem a pesquisa com OGM onde é previamente autorizado a liberação controlada no meio ambiente desses organismos, com o objetivo do monitoramento no cumprimento das normas de biossegurança.

No exercício de 2012 foram executadas 81 (oitenta e uma) fiscalizações em plantio comercial de milho com objetivo do cumprimento das regras de “Coexistência” e 08 (oito) fiscalizações em entidades de pesquisa com OGM, totalizando 89 (oitenta e nove) fiscalizações aproximadamente dentro do que havia sido programado no Plano Operativo que era de 85 (oitenta e cinco) fiscalizações para o exercício de 2012.

**b) Recursos financeiros:**

Para a execução e desenvolvimento de todas as ações de fiscalização das atividades com Organismos Geneticamente Modificados, foram gastos recursos no valor de R\$ 7.117,62 (sete mil cento e dezessete reais e sessenta e dois centavos), com deslocamento (diárias) e R\$ 7.677,01 (sete mil seiscentos e setenta e sete reais e um centavos), com custeio e manutenção, totalizando o valor empenhado de R\$ 14.794,63 (quatorze mil setecentos e noventa e quatro reais e sessenta e três centavos), investidos direta ou indiretamente na execução da atividade de fiscalização de Organismos Geneticamente Modificados, no exercício de 2012.

## **RELATÓRIO DE GESTÃO – PI PADCLASSIF**

**Ano base: 2012**

### **Análise crítica**

As atividades de padronização, classificação e fiscalização de produtos de origem vegetal são executadas prioritariamente sobre os produtos importados, exportados e de comercialização interna de maior expressão econômica para o Estado, a saber: arroz, trigo, soja, feijão, farinhas de trigo e de mandioca, cevada industrial, malte cervejeiro, maçã e óleos de soja, canola e girassol.

Os destaques na execução física das atividades, em 2012, foram:

- ❖ Fiscalização de packings-houses de maçã, por meio de força-tarefa, com participação de outros Estados envolvidos;
- ❖ Credenciamento e renovação de credenciamento de empresas para execução de serviços de classificação vegetal, incluindo análise de Manuais de Qualidade;
- ❖ Inspeção em cursos e treinamentos de habilitação à classificação, promovidos pela Coordenação Geral de Qualidade Vegetal/DIPOV e por empresas credenciadas;
- ❖ Fiscalização de produtos vegetais padronizados com foco especial para o arroz, feijão, amendoim, maçã, óleos vegetais, dentre outros;
- ❖ Abertura e conclusão do processo de licitação do contrato para apoio operacional e laboratorial à classificação dos produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico importados, junto aos portos e ao posto de fronteira;
- ❖ Controle e verificação, periódicos, dos Certificados de Classificação e demais documentos, oriundos do contrato com a CIDASC para análises de importados;
- ❖ Classificação de Amostras de Fiscalização coletadas neste Estado de Santa Catarina;
- ❖ Supervisão de estabelecimentos exportadores de maçã no sistema de cadastro dos agentes da cadeia produtiva de produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal para certificação de segurança e qualidade – SICASQ, deste Ministério;
- ❖ Análise de processos decorrentes de Autos de Infração e elaboração de pareceres técnicos, para fins de Julgamento e Notificação;
- ❖ Reuniões internas do serviço e Reunião Técnica Nacional, para discussão dos processos de trabalho relacionados à Qualidade Vegetal.

### **Cumprimento das metas físicas:**

Considerando-se a estrutura física, de pessoal e de apoio operacional e financeiro disponibilizados, o trabalho foi realizado com racionalidade, contemplando os produtos, conforme planejamento feito no ano anterior. Foram priorizadas as ações de controle de qualidade dos produtos, principalmente na aferição de conformidade dos produtos ofertados ao consumidor final, sendo também apuradas as inconformidades qualitativas encontradas.

Com relação à meta para execução prevista no SIPLAN, em 2012, a mesma passou a ser “número de fiscalizações realizadas”, diferindo dos anos anteriores, que era “quantitativo fiscalizado em toneladas”. Com isso, a meta passou ser mais coerente com a realidade do serviço.

O ano de 2012 ficou configurado como um ano de restrições orçamentárias e limitação no número de emissão de diárias, o que, em parte, prejudicou a realização integral das atividades previstas no POA.

#### **Ações que apresentaram problemas de execução:**

- **Análises laboratoriais:** carência de laboratórios aptos a realizarem algumas análises, (micotoxinas, principalmente) refletindo no quantitativo fiscalizado;

- **Fiscalização de produtos hortícolas:** a ausência de normatização específica sobre os procedimentos não alcançados pelo Decreto 6.268/2007 tem limitado as ações fiscais sobre estes produtos;

#### **Ações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas:**

O número de fiscalizações realizadas totalizou 152, superando a meta de 150 estabelecida no SIPLAN.

#### **Ações Prioritárias na LDO:**

No exercício de 2013, com base na programação prevista, pretende-se realizar todas as atividades, alcançando bom desempenho. Em evidência, permanecerão as ações dirigidas à intensificação de ações sobre segurança, qualidade e inocuidade de alimentos.

Ressalta-se a necessidade de **mais profissionais** envolvidos com a atividade, para que o escopo de produtos e empresas possa ser ampliado.

Além disso, a disponibilização de **recursos financeiros** é fator essencial para a realização de todas as atividades previstas no POA.

Também, há a necessidade de maior **apoio laboratorial** às ações fiscais, para incremento das análises sobre os produtos.

*2.3.2.1 - Programa 356 – Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas*

*Ação 8938 – Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal (INSPANIMAL)*

**PROGRAMA 0356**  
**Ação 8938**  
**Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal**

*Tabela 1 : Dados gerais da ação*

<b>Tipo</b>	Atividade
<b>Finalidade</b>	Garantir a segurança higiênico-sanitária e tecnológica, a identidade e qualidade dos produtos e subprodutos de origem animal.

<p><b>Descrição</b></p>	<p>Inspeção tecnológica e higiênico-sanitária nas indústrias que abatem animais ou recebem, produzem, manipulam e beneficiam matéria-prima de origem animal, envolvendo a inspeção <i>ante mortem e post mortem</i> dos animais de consumo humano, a fiscalização dos produtos industrializados, subprodutos e derivados de modo geral, decorrentes do abate, a fiscalização dos estabelecimentos das áreas de leite, pescado, ovos, mel, cera de abelhas e outros produtos apícolas, coalhos, margarinas, produtos derivados e subprodutos de origem animal, comestíveis ou não comestíveis, adicionados ou não de produtos vegetais, bem como aqueles que armazenam, distribuem ou manipulem estes produtos, e a realizam de rotinas operacionais com vistas à confirmação do atendimento às normas vigentes a aos acordos internacionais para manutenção do Brasil no mercado de exportação.</p> <p>Fiscalização dos produtos acabados (industriais) e dos estabelecimentos comerciais que geram grandes quantitativos de apreensão de produtos adulterados ou de qualidade comprometida.</p> <p>Estabelecimento de diretrizes básicas, normas e regulamentos para a garantia da qualidade dos produtos de origem animal, baseadas nos princípios gerais do Sistema de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC) e seus pré-requisitos, Boas Práticas de Fabricação (BPF) e Procedimentos Padrão de Higiene Operacional (PPHO) e Sistema de Análise de Risco nos processos de produção, beneficiamento, armazenamento, transporte e processamento; inspeção, certificação, monitoramento, supervisões, auditorias e rastreamento do sistema; capacitação de recursos humanos (fiscais, auditores, RT e demais agentes envolvidos na cadeia produtiva); supervisão e auditoria das atividades descentralizadas ou credenciadas;</p> <p>Classificação e tipificação de produtos de origem animal destinados ao comércio interestadual ou internacional e certificação de produtos com qualidade diferenciada.</p>
<p><b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b></p>	<p>DIPOA / SDA / MAPA</p>
<p><b>Unidades executoras</b></p>	<p>SFA/MAPA</p>
<p><b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b></p>	<p>SIPOA / DDA / SFA - SC</p>
<p><b>Coordenador nacional da ação</b></p>	<p>Luis Carlos de Oliveira</p>
<p><b>Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)</b></p>	<p>Elimar Cassias Pereira</p>

**Análise crítica:**

### **Cumprimento das metas físicas:**

A meta estipulada de fiscalização em 288 Estabelecimentos sob fiscalização do Serviço de Inspeção Federal – SIF no Estado de Santa Catarina foi executada de forma plena com resultados satisfatórios.

Para o desempenho e alcance desta meta foi necessário o desenvolvimento de várias atividades e ações, em busca da execução da programação estabelecida.

Os Estabelecimentos propostos foram fiscalizados conforme a sua classificação, desempenho em fiscalizações e supervisões anteriores, resultados de missões estrangeiras, resultados de análises microbiológicas e físico-químicas, ações pontuais ou de denúncias.

Os Estabelecimentos que realizam abates de animais, foram inspecionados de forma permanente, os demais Estabelecimentos sofreram fiscalizações periódicas conforme programação, levando-se em conta o desempenho histórico e demais dados de inspeção disponíveis.

### **Ações que apresentaram problemas de execução:**

A execução de algumas ferramentas de fiscalização ficou comprometida durante o ano de 2012 pelo contingenciamento de recursos, destas as mais afetadas foram o cronograma de supervisões que ficou abaixo do estipulado para o período, assim como a não realização na sua totalidade das reuniões técnicas e de capacitação conforme a programação inicial.

### **Ações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas:**

O número de coletas de análises realizadas superou a meta prevista, além do aumento no número de ações de combate à clandestinidade de produtos de origem animal, ação desenvolvida por meio de parceria com o Ministério Público Estadual.

### **Ações Prioritárias na LDO:**

A reposição e ampliação do quadro de Fiscais Federais Agropecuários e Agentes de Inspeção na equipe do Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal – SIPOA em Santa Catarina é ação que requer urgência, haja vista a ampliação do atendimento ao mercado internacional e a crescente demanda por inspeção em novos estabelecimentos.

Deve-se levar em consideração, a elevada média etária dos Servidores, o que levará o quadro funcional a exaustão, pelas aposentadorias que fatalmente em breve serão efetivadas.

A realização de concurso público para adequação do quadro funcional é ação de grande importância para a defesa sanitária animal e para a saúde pública do consumidor permitindo a manutenção e ampliação das exportações aos mercados internacionais.

*2.3.2.1 - Programa 356 – Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas*

*Ação 8939 – Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal (IPVEGETAL)*

**Análise crítica:**

**1.3 - Execução do Plano de Metas ou de Ações**

Neste subitem a UJ deverá evidenciar os resultados alcançados pela execução das ações planejadas, explicitando em que medida as ações foram executadas e as metas alcançadas, bem como os motivos e justificativas para o não atingimento das metas estabelecidas ou a não execução da ação planejada.

A UJ deverá demonstrar, ainda, o impacto dos resultados das ações nos objetivos estratégicos da unidade, além de relacionar os objetivos alcançados com o aperfeiçoamento do serviço ou produto prestado ou colocado à disposição da sociedade.

Não há estrutura padronizada para as informações solicitadas neste subitem. Desta forma, a unidade jurisdicionada deverá escolher a forma mais eficiente para apresentação dos dados solicitados. Alerta-se que este subitem deve ser tratado em item específico do Relatório de Gestão e deve conter toda a informação solicitada. Na escolha do formato de apresentação, o gestor deverá levar em consideração os aspectos de **clareza, concisão, completude, exatidão e objetividade** das informações prestadas.

### **2.3.2 .II – Programa 357 – Segurança da Sanidade na Agropecuária**

#### **Ação 2134 – Vigilância e Fisc. do Trânsito Interestadual de Vegetais e seus Produtos e Insumos**

##### **Análise crítica:**

A Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos (VIGIFITO), está baseada no sistema de barreiras fitozoosanitárias, localizadas nas divisas com os Estados do Rio Grande do Sul e Paraná, composto atualmente por 70 barreiras, e na certificação fitossanitária de origem, com cadastramento e fiscalização de unidades de produção e de consolidação.

Ambas as atividades são realizadas pelo órgão executor (CIDASC), cabendo ao Ministério alocar, através da celebração de convênio, recursos financeiros para o as atividades de treinamento dos barreiristas e realização de plantões por parte dos fiscais estaduais.

Estas atividades são acompanhadas e supervisionadas pelo Serviço de Sanidade Vegetal – SSV/DDA/SFA-SC, realizadas no âmbito do acompanhamento *in loco* do convênio, bem como, o acompanhamento e fiscalização na emissão do CFO e de PTV.

Tanto a atividade de vigilância e fiscalização do trânsito, como o cadastramento e a fiscalização de unidades de produção e fiscalização do trânsito de vegetais apresentam problemas decorrentes de dificuldades do órgão executor, especialmente no tocante as dificuldades para a contratação de pessoal técnico, resultantes da política de pessoal estabelecida pelo Governo do Estado.

Ainda, o Serviço de Sanidade Vegetal é responsável pelo credenciamento e pela fiscalização das empresas prestadoras de serviços de tratamento fitossanitário, com fins quarentenários no estado de Santa Catarina. No ano de 2012, foi credenciada uma empresa nova empresa e renovado o credenciamento de outras 31 empresa e o desc credenciamento por falta de renovação do registro ou a pedido de 8 empresa, terminando o ano com 58 empresas credenciadas.

Os trabalhos de fiscalização foram prejudicados em vista do grande número de renovações ocorridas no ano e a redução da equipe técnica com a aposentadoria no início do ano de um fiscal Federal agropecuário.

A descentralização de recursos financeiros PI, nas rubricas 339014 (diárias), 339033 (passagens), 339039 (serviços de terceiros) e 339030 (material de consumo), referentes unicamente ao atendimento das demandas geradas por este Serviço, na execução das atividades de ordem técnica, atendeu adequadamente às necessidades e a programação estabelecida.

**2.3.2 .II – Programa 357 – Segurança da Sanidade na Agropecuária**

**Ação 2180 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais e seus Produtos  
(FISCPLANTA)**

**Análise crítica**

**2180 – FISCPLANTA2**

- UVAGRO/ITAPOÁ/DDA/SFA-SC, no Terminal Portuário de Itapoá, localizado naquele município;
- Que com a entrada em funcionamento da Uvagro Itapoá, o atendimento àquela Unidade tem sido realizado pelos servidores localizados na Uvagro São Francisco do Sul.
- Em relação ao SVA Dionisio Cerqueira, que atua em uma Aduana de Cargas e um ponto de Trânsito de Passageiros/Veículos, a demanda de fiscalização tem crescido continuamente, tanto pelo trânsito de passageiros, não inferior a 1000 veículos/dia o que ocorre 24horas por dia, quanto pela previsão de conclusão das obras da nova Aduana de Cargas, que ampliará significativamente a capacidade de movimentação de cargas, podendo, inclusive, vir a trabalhar a noite e/ou em finais de semana.

### **2.3.2 .II – Programa 357 – Segurança da Sanidade na Agropecuária**

#### **Ação 2181 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Intern. de Animais e seus Produtos - FISCANIMAL**

#### **Análise crítica**

#### **2181 – FISCANIMAL2**

- UVAGRO/ITAPOÁ/DDA/SFA-SC, no Terminal Portuário de Itapoá, localizado naquele município;
- Que com a entrada em funcionamento da Uvagro Itapoá, o atendimento àquela Unidade tem sido realizado pelos servidores localizados na Uvagro São Francisco do Sul.
- Em relação ao SVA Dionísio Cerqueira, que atua em uma Aduana de Cargas e um ponto de Trânsito de Passageiros e Veículos, a demanda de fiscalização tem crescido continuamente, tanto pelo trânsito de passageiros, não inferior a 1000 veículos/dia o que ocorre 24horas por dia, quanto pela previsão de conclusão das obras da nova Aduana de Cargas, que ampliará significativamente a capacidade de movimentação de cargas, podendo, inclusive, vir a trabalhar a noite e/ou em finais de semana.

### 2.3.2 .II – Programa 357 – Segurança da Sanidade na Agropecuária

#### Ação 4738 – Erradicação da Mosca da Carambola (ERRADMOSCA)

##### **Análise crítica:**

A praga *Bactrocera carambolae*<sup>1</sup>, Mosca da carambola, é uma praga quarentenária presente apenas no estado do Amapá, conforme definido pelas Instruções Normativas 55/2007<sup>2</sup> e 41/2008, não ocorrendo em Santa Catarina, considerado como estado de baixo risco para a praga pelo Programa nacional de Erradicação da Mosca da Carambola..

No ano de 2012, o estado de Santa Catarina não recebeu o material necessário (armadilhas, piso e feromônio) para o monitoramento desta praga.

Não ocorreu descentralização de recursos financeiros neste PI para o SSV/DDA/SFA-SC.

---

<sup>1</sup> Espécies de mosca das frutas que atacam frutíferas tais como: carambola, manga, caju, laranja, acerola, tangerina, jambo vermelho, etc. Originária do sul da Ásia foi detectada na Guiana Francesa, de onde migrou para o município de Oiapoque, no Amapá em 1996.

<sup>2</sup> Instrução Normativa que estabeleceu a lista das pragas quarentenárias ausentes e as presentes para o Brasil, aprovando os procedimentos para as suas atualizações, além de criar o Grupo Técnico de Pragas Quarentenárias – GTPQ, que terá caráter consultivo, para a categorização de pragas, a realização de Análise de Risco de Praga – ARP e a elaboração de planos de contingência e emergência para as pragas de que trata esta Instrução Normativa.

### **2.3.2 .II – Programa 357 – Segurança da Sanidade na Agropecuária**

#### **Ação 4842 – Erradicação da Febre Aftosa - (FEBREAFTOS)**

#### **Análise Crítica: Ação 4842 – Erradicação da febre Aftosa (FEBREAFTOS)**

A ação teve uma execução absolutamente satisfatória durante o exercício de 2012, conforme se depreende pela manutenção da excepcional condição sanitária de que é dotado o Estado de Santa Catarina, no que diz respeito a ocorrências de febre aftosa.

O sucesso das ações dirigidas a manutenção da condição do Estado de Santa Catarina de área livre de febre aftosa sem vacinação seguramente oportunizam reflexos positivos na conjuntura econômica desta Unidade da Federação, no que se refere ao comércio de produtos de origem animal, tanto nacional como internacional.

O valor de R\$ 1.194.710,00, disponibilizado ao órgão de defesa sanitária animal do estado, através de convênio plurianual MAPA/CIDASC - nº 756431/2011- para execução das atividades previstas no plano de trabalho- exercício 2011 foi, a pedido da conveniente, prorrogado para 31 de maio/2012, justificado pelo atraso no repasse do recurso (novembro/2011) e fechamento do exercício fiscal do Governo Estadual no final de 2011 e início de 2012. Posteriormente foi prorrogado para 30 de novembro de 2012 e parcialmente gasto. Possuía ao final de 2012, um remanescente, somado com os recursos provenientes de aplicação financeira, da ordem de 1.310.635,75 (PCEANIMAL e FEBREAFTOS), o qual foi solicitado e prorrogado para findar sua execução até 30/07/2013.

#### Comentários

Os recursos descentralizados a este serviço, pelo Departamento de Saúde Animal no ano de 2012, para a execução das ações Erradicação da febre aftosa (4842 – FEBREAFTOS) e Prevenção, Controle, e Erradicação de Doenças dos Animais (8658 - PCEANIMAL) atenderam as demandas.

Enfatizamos para que a Defesa Sanitária Animal se torne eficiente, é necessário desenvolver um esforço de articulação institucional entre as instancias do governo federal, estadual e municipal, para que as ações sejam promovidas integradas.

Ressaltamos que a atualização técnico-científica dos Serviços que atuam na área, devido a extensão do país e os desafios diários da vigilância nas fronteiras, bem como a diversidade das atividades agropecuárias, exigindo uma grande cobertura e efetividade das ações em todo o território nacional, a fim de que não ocorram impactos negativos e comprometimento da saúde animal, humana e do meio ambiente.

Não poderíamos deixar de mencionar que o efetivo técnico existente hoje, considerando a demanda crescente, é insuficiente tanto a nível central, bem como regional, a fim de que seja mantida a excelência desejada.

### 2.3.2 .II – Programa 357 – Segurança da Sanidade na Agropecuária

#### Ação 8572 – Prevenção, Controle, e Erradicação de Pragas dos Vegetais - PCEVEGETAL

#### **Análise Crítica**

A ação, no âmbito estadual, traduz-se em atividades de monitoramento de ocorrência das pragas quarentenárias: Cancro Cítrico, em pomares de citros; Sigatoka Negra e *Opogonasacchar*, em banana; *Sirexnoctilio*, na cultura do Pinus; erradicação de plantas hospedeiras e instalação e monitoramento de armadilhas para *Cydia pomonella*, que permanece como praga quarentenária.

No ano de 2011, nenhum adulto foi coletado nas armadilhas na zona urbana de Lages; ainda em relação a esta praga, as áreas focais tiveram plantas hospedeiras erradicadas e com maior concentração de armadilhas nestes locais. Não ocorreram capturas nas zonas urbanas e nas zonas de produção dos demais municípios da região.

As atividades são executadas pela CIDASC, através da alocação de recursos via convênio, acompanhado e fiscalizado pelo SSV/DDA/SFA-SC.

Os citricultores desenvolvem atividade para o mercado interno estadual, em pequenas propriedades pois, devido aos custos, não há erradicação de plantas contaminadas. Aguarda-se a alteração na legislação, o que vem sendo discutido desde 2011, prevendo a criação de um Sistema de Mitigação de Risco para a praga, o que permitiria a comercialização da fruta com outros estados da federação. Ocorre ainda o monitoramento de pragas na região de produção de mudas cítricas, no Alto vale do Itajaí, onde não tem sido detectada a presença de pragas.

Na bananicultura, realizou-se o monitoramento da Sigatoka Negra, dentro de um Sistema de Mitigação de Risco, que apresenta 1.760 Unidades de Produção e 1.121 Unidades de Consolidação (Casas de Embalagem), cadastradas na CIDASC; realiza-se a prevenção e o controle de *Opogona sacchari*, causadora de rechaços de cargas de banana nos postos de fronteira, através da implantação dos procedimentos previstos na Instrução Normativa 28/2009. A área abrangida pelo SMR é de 22 mil ha de um total de 32 mil ha de musáceas cultivadas no estado.

Realizou-se o monitoramento de *Sirexnoctilio*, Vespa da Madeira, principal praga do Pinus, em cerca de 300 mil ha de pequenas florestas; fora do sistema de produção das empresas do setor, que efetuam seus próprios controles.

Acompanhou-se a instalação e o monitoramento de armadilhas sexuais para *Cydia pomonella* na região urbana de Lages, decorrente de contrato com a MOSCAMED Brasil. Não se detectou insetos em 2012, o que deverá permitir que se declare a erradicação da praga e a proteção de cerca de 15.000 ha de rosáceas.

A descentralização de recursos financeiros no PI, nas rubricas 3390.14, 3390.33, 3390.39 e 3390.30, para atendimento das demandas de ordem técnica deste SSV, atenderam as necessidades e a programação estabelecida.

Desenvolve-se no âmbito deste SSV, o curso de mestrado junto à Universidade Federal de Viçosa, em parceria como DSV/SDA/MAPA, onde o tema estudado diz respeito ao controle e a erradicação da praga *Cydia pomonella*, de importância quarentenária para o estado de Santa Catarina. O programa pretende avaliar as normas e procedimentos de amostragem, vigilância, controle e erradicação da referida praga, através do levantamento bibliográfico, uso de entrevistas com os atores do processo e finalizar com sugestões e comentários a respeito do tema.

Um dos pontos negativos atuais deste SSV é a preocupante falta de técnicos, FFA em especial, em função de que, nos últimos 3 anos, um número de 5 FFA aposentaram-se ou foram transferidos de lotação, o que leva a um acúmulo de demandas em apenas dois FFA (previsão para abril 2013). Fica evidente a perda de qualidade e a impossibilidade de atender a demanda atual e o desenvolvimento de outros temas de interesse do setor, tais como ações de Educação Sanitária e melhor articulação com setores produtivos do estado, na solução de problemas pendentes.

Fez-se, por diversas vezes, solicitação de colegas para atuarem no SSV, mesmo que lotados em outro local, por exemplo, Itajaí, onde a demanda para a fiscalização de empresas de tratamento quarentenário é elevada.

Dentre outras ações desenvolvidas pelo órgão executor de Defesa Agropecuária, a CIDASC, em convênio com o MAPA, citamos, os levantamentos de: *Candidatus Liberibacter spp* (HLB) e *Aleurocanthus woglumi* (Mosca negra dos citros), em citros; *Ralstonia solanacearum* raça 2 (Moko da bananeira), em banana, e *Xanthomonas campestris* pv. viticola (Cancro da videira), em uva.

Realizado levantamento de detecção da Mosca negra e HLB entre novembro/2012 e janeiro/2013, em 64 municípios com produção de citros, com 470 inspeções em locais previamente definidos (Unidades de Produção e pomares domésticos). Levantou-se a população de *Diaphorinacitri*, vetor do HLB.

Não foi identificada a presença de HLB, nem houve captura de exemplares de *Diaphorinacitri*, o que permite que o Estado seja considerado livre de tais pragas.

O Levantamento de detecção do Moko da bananeira foi realizado entre dezembro/2012 e janeiro/2013, em 40 municípios do estado. Inspeccionaram-se Unidades de Produção cadastradas no SMR e bananeiras abandonadas e áreas localizadas à margem de rodovias e estradas secundárias.

Nas áreas comerciais, os Fiscais Estaduais inspeccionaram, no mínimo 1% (um por cento) das “famílias” de banana de cada UP, e ainda 05 (cinco) “famílias” próximas. Foram inspeccionadas, ainda, 20% dos estabelecimentos comerciais, atacadistas e varejistas que comercializam espécies de *heliconias*. 100% das áreas com cultivo e produção de mudas foram inspeccionadas. Não ocorreu detecção da praga.

O levantamento para detecção do Cancro da videira foi realizado no período de novembro/2012 a janeiro/2013, em 64 municípios produtores de uva do Estado, nos quais foram sorteados 375 UP, onde inspeccionou-se 20% das plantas. Não foram identificadas plantas com sintomas da bactéria, resultando na manutenção do *status* fitossanitário de Santa Catarina como livre da praga.

### **2.3.2 .II – Programa 357 – Segurança da Sanidade na Agropecuária**

#### **Ação 8658 – Prevenção, Controle, e Erradicação de Doenças dos Animais - (PCEANIMAL)**

#### **Análise Crítica:**

O estado de SC é considerado pelo DSA/MAPA uma área livre de Peste Suína Clássica (PSC) desde o ano de 2001, não havendo ocorrência da doença também no ano de 2012. Neste ano foram realizados 49 atendimentos a notificações de doenças com lesões de caráter hemorrágico em suínos, porém descartados para PSC através de avaliações clínicas e análises laboratoriais, estas últimas realizadas em laboratórios credenciados pelo MAPA e também laboratórios oficiais. Foi realizado ainda um inquérito em criatórios de suínos com a coleta de 808 amostras, como cumprimento ao Programa de Vigilância para Peste Suína Clássica, publicado pela Norma Interna nº 05/2009 – DSA/MAPA, todas com resultado negativo, demonstrando ausência de circulação viral em SC. Consideramos assim, satisfatórios os controles da doença no estado de SC, com base nos dados obtidos durante as atividades desenvolvidas no ano de 2012.

Em relação ao atendimento ao Programa Nacional de Controle de Raiva em Herbívoros, no ano de 2012 foram constatados 124 casos positivos de raiva em herbívoros no estado de SC. Notamos um aumento significativo (dobro) dos números de casos em relação a 2012, o que mostra a não evolução dos controles, que incluem dentre outros, o controle de morcegos hematófagos e medidas preventivas como a vacinação dos animais em zonas endêmicas (focais e perifocais).

Na prevenção da EEB (Encefalopatia Espongiforme Bovina), foram realizadas 80 fiscalizações de alimentos para ruminantes, sendo que 44 destas geraram coletas para análises laboratoriais, resultando 43 resultados negativos e 1 positivo para proteína de origem animal, sendo que para este caso não tivemos informação da CIDASC acerca dos procedimentos adotados, após as solicitações deste Serviço. Em 2012 foram encaminhadas pelo SSA 29 amostras de tronco encefálico coletados em matadouros frigoríficos de bovinos sob SIF, todas resultando negativo para EEB. Este é um baixo nº de amostras, demonstrando a pouca significância em volume de abate de bovinos em estabelecimentos sob SIF. O maior volume de abate concentra-se em estabelecimentos sob SIE (inspeção estadual), dos quais não temos informação pela CIDASC sobre a realização de coletas de tronco encefálico dentro do Programa Nacional para monitoramento da EEB. Consideramos assim, que as ações desenvolvidas no estado de SC dentro do programa PNCRH, devem ser melhoradas para os próximos anos, tendo em vista a não evolução dos resultados demonstrados em 2012.

No período foram realizados 2 treinamentos para médicos veterinários da iniciativa privada, objetivando a habilitação de 40 profissionais que reforçaram o desenvolvimento das atividades relativas ao PNCEBT. O estado de SC detém uma baixa prevalência de brucelose e o incremento dado através da organização de um inquérito soro-epidemiológico será possível avançarmos no processo de erradicação desta zoonose. As ações de acompanhamento realizado pelo órgão responsável pela defesa sanitária animal em SC no tocante ao PNCEBT, atendeu satisfatoriamente as demandas geradas a campo, contribuindo para o aumento da produção e da produtividade do rebanho bovino e bubalino, e também em especial a saúde pública, por se tratarem de duas zoonoses.

No Programa Nacional de Sanidade Avícola, o Estado de Santa Catarina permanece como área livre de Doença de Newcastle e Influenza Aviária de notificação obrigatória. Foram mantidas as supervisões das ações de prevenção, controle e erradicação de doenças aviárias, junto ao Órgão de Defesa Sanitária Animal Estadual e registro e certificação de granjas de reprodução. Devido à notificação de casos de Tifo Aviário em granjas de reprodução e corte no final do ano de 2012 foram intensificados os trabalhos de acompanhamento de monitoria com coletas oficiais em granjas de reprodução para pesquisa do agente, bem como no entorno dos estabelecimentos positivos. As ações para prevenção e controle foram discutidas em reuniões do Comitê de Sanidade Avícola.

No âmbito do Programa Nacional de Sanidade dos Eqüídeos, no ano de 2012, houve 49 focos de AIE no Estado de SC, tendo sido realizados 49.869 exames para AIE.

O valor de R\$ 2.687.450,00, disponibilizado ao órgão de defesa sanitária animal do estado através de convênio plurianual MAPA/CIDASC - nº 756431/2011- para execução das atividades previstas no plano de trabalho- exercício 2011 foi, a pedido da convenente, prorrogado para 31 de maio/2012, justificado pelo atraso no repasse do recurso (novembro/2011) e fechamento do exercício fiscal do Governo Estadual no final de 2011 e início de 2012. Posteriormente foi prorrogado para 30 de novembro de 2012 e parcialmente gasto. Possuía ao final de 2012, um remanescente, somado com os recursos provenientes de aplicação financeira, da ordem de 1.310.635,75 (PCEANIMAL e FEBREAFTOS), o qual foi solicitado e prorrogado para findar sua execução até 30/07/2013.

*2.3.2.III – Programa 375 – Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários*

*Ação 2019 – Fiscalização de Materiais Genético Animal - (FISCGENE)*

**Análise Crítica:**

As principais metas desempenhadas na Ação de Fiscalização de Material Genético Animal no Estado, são o registro e a fiscalização dos estabelecimentos produtores de material genético (matrizeiras, avoseiras, bisavoseiras) e centrais de inseminação artificial). O foco da atuação no ano de 2012 foram as fiscalizações de estabelecimentos avícolas e CCPS suíno e bovino com o intuito de verificar as áreas para instalação dos estabelecimentos, condições para registro e condição dos registrados. Em 2012 foram registradas 38 granjas avícolas. A Certificação Zootécnica, nos processos de importação de material genético, são feitas, também, por este serviço. O registro de doadores de sêmen dos CCPS das espécies ditas domésticas são, também, atribuição deste serviço.

O Setor de Material Genético Animal conta com um único FFA em regime integral (desde 1989) e um Agente de Atividades Agropecuárias em regime parcial, isto compromete o desenvolvimento da atividade devido ao número de estabelecimentos a serem atendidos anualmente. A demanda, no Estado, cresce anualmente e o quadro permanece estático. O FFA do PI FISCGENE é requisitado, ainda, pela DMG (Divisão de Material Genético) para participar de Auditorias em Centros de Coleta e Processamento de Sêmen e de Transferência de Embriões nas mais diversas Unidades da Federação, ocorrendo, com menos frequência, fiscalização de estabelecimentos avícolas e treinamento de técnicos em outros Estados. O entrave maior no exercício 2012 foi a limitação de 40 diárias por fiscal obrigando o setor a uma readequação dos trabalhos com prejuízo para o produtor rural.

A superação da meta proposta deveu-se as regiões fiscalizadas (concentração de estabelecimentos em região de fácil acesso).

O Impacto Social, no Estado, é significativo devido ao aumento de aves de produção de ovos férteis (gallus gallus e patas) e conseqüente aumento na incubação, aumento da produção de animais para a reposição nos plantéis suínos e bovinos agregando valor a cadeia produtiva do estado catarinense e da nação brasileira.

### 2.3.2.III – Programa 375 – Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários

#### Ação 2124 – Fiscalização de Insumos Destinados a Alimentação Animal - (FISCINAN)

#### Análise Crítica

- Inicialmente, cabe esclarecer que devido à grande variação de tempo demandado por cada tipo de fiscalização (exemplo: uma auditoria requer aproximadamente três dias inteiros num estabelecimento, enquanto uma fiscalização focada na colheita de amostra pode ser realizada em apenas uma manhã), a unidade de medida denominada “Fiscalização Realizada” acaba não sendo plenamente esclarecedora do volume de trabalho realizado a campo.
- Atualmente, a fiscalização de insumos destinados à alimentação animal no estado de Santa Catarina encontra-se com grande dificuldade para atender, satisfatoriamente, ao elevado volume de demandas existente no estado.
- Tal quadro tem nos levado a priorizar a realização de algumas atividades em detrimento de outras, além de acarretar um prazo demasiadamente longo para atendimento das demandas e o acúmulo de atividades pendentes de atendimento.
- A atividade vem passando, nos últimos anos, por uma intensa atualização de sua base legal, o que aumentou, significativamente, o número de frentes de trabalho que precisam ser desenvolvidas pelos servidores atuantes na área.
- O número de servidores técnicos e administrativos envolvidos diretamente na atividade é insuficiente.
- Até meados de 2010, o FISCINAN-SC trabalhou com uma relação aproximada de 1 FFA para 100 estabelecimentos registrados (300 estabelecimentos registrados para 3 FFA).
- Após recebermos alguns reforços, estamos trabalhando, atualmente, com uma relação aproximada de 1 FFA para 45 estabelecimentos registrados (291 estabelecimentos registrados para 6 FFA).
- Acreditamos que somente com uma relação de aproximadamente 1 FFA para cada 25 estabelecimentos registrados teremos condições de desempenhar, satisfatoriamente, todas as atividades relacionadas à fiscalização de insumos destinados à alimentação animal. Logo, considerando termos, atualmente, 6 FFAs atuantes exclusivamente na área, mais o Chefe do SEFIP, que dedica grande parte do seu tempo às atividades do PI FISCINAN e aproximadamente 300 estabelecimentos registrados, **precisaríamos de mais 5 FFAs para atingirmos a relação desejada.**
- A significativa superação da meta programada para 2012 (foram realizadas 207 fiscalizações enquanto a meta era de 120 fiscalizações) foi decorrente da chegada de mais um Fiscal Federal Agropecuário lotado em Chapecó - SC no segundo semestre de 2012, bem como, da imprecisão da unidade de medida adotada, conforme explicitado anteriormente.
- Por fim, é oportuno ressaltar a grande importância nacional da pecuária catarinense, em especial sua avicultura e suinocultura. Onde, segundo a Associação Catarinense de Criadores de Suínos – ACCS, a suinocultura do estado respondia, em 2008, por 25% da produção nacional, além de ser o maior negócio de Santa Catarina, representando 21% do PIB estadual. A União Brasileira de Avicultura – UBA em seu relatório anual 2007/2008, informa que Santa Catarina foi o segundo maior estado no número de matrizes de corte alojadas (18,99% do total nacional) e o maior estado exportador de carne de frango, com participação de 28,39% do total nacional no ano de 2007.

Tamanho parque produtivo deixa clara a importância do estado no gerenciamento do risco inerente à inocuidade dos produtos destinados à alimentação animal e indiretamente à alimentação humana, merecendo assim, investimento proporcional à sua importância no cenário nacional.

*2.3.2.III – Programa 375 – Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários*

*Ação 2140 – Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário - (FISPROVET)*

**Análise Crítica**

Importante observar a tendência de crescimento do setor de fabricantes de produtos veterinários no estado de Santa Catarina, principalmente devido ao incremento do setor de avicultura, suinocultura, bovinocultura e pequenos animais.

Tendo em vista este crescimento e a diminuição do quadro de Fiscais Federais Agropecuários na área de produtos de uso veterinário, em decorrência da aposentadoria no primeiro semestre de 2008 de um Fiscal Federal Agropecuário e devido a transferência de mais um Fiscal Federal Agropecuário no mês de julho/2009, e a necessidade de licença saúde e na sequência a aposentadoria de Fiscal Federal Agropecuário em 2012, que reduziu o quadro técnico do setor de produtos de uso veterinário; atualmente há um (1) Fiscal Federal Agropecuário, com 35 anos de trabalho e em condições legais de aposentar-se.

Informo que o baixo nº de fiscalizações (38) de produtos de uso veterinário, foi devido ao afastamento do único Fiscal Federal Agropecuário, lotado no FISPROVET, durante 100 dias, por motivo de um procedimento cirúrgico.

É impreterível a necessidade do incremento de pelo menos mais um Fiscal Federal Agropecuário e um servidor administrativo para evitar o comprometimento da eficiência e da eficácia da atividade de fiscalização de produtos de uso veterinário

**2.3.2.III – Programa 375 – Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários**

**Ação 2141 – Fiscalização da Produção e do Comércio de Fertilizantes, Corretivos, Inoculantes e Biofertilizantes - (FISFECOI)**

**Análise Crítica:**

**a) Cumprimento das metas físicas:**

No planejamento para o exercício de 2012, a meta estabelecida no Plano Operativo Anual - POA, foi de 400 fiscalizações, que abrange o universo dos estabelecimentos produtores, comerciantes, importadores, exportadores e prestadores de serviço de armazenamento, acondicionamento e de análises de fertilizantes e corretivos de solo, incluindo a fiscalização dos produtos, propriamente ditos, disponíveis no mercado. A fiscalização dos produtos se dá através de coletas de amostras dos fertilizantes e corretivos para verificação da sua conformidade em relação às garantias registradas ou declaradas.

A meta física programada de 400 fiscalizações não foi atingida, sendo a execução efetiva de 379 fiscalizações realizadas, o que representa 94,75% do programado. Os motivos para não cumprimento da meta foram: 1) necessidade de realização de viagens para participação de reuniões nacionais; 2) necessidade de realização de ações de fiscalização de convênios de outra Secretaria e também o desempenho de ações internas, tais como: registros de estabelecimentos e produtos, além da instrução e tramitação de processos administrativos de fiscalização, os quais tiveram prioridade diante da demanda de fiscalizações programadas. No exercício de 2012 foram realizados 29 novos registros de estabelecimentos e 48 registros de produtos. O fato de não ter sido atingida a meta global programada não interferiu na mensuração do indicador da taxa de conformidade desses insumos, pois das 200 amostras programadas, foram coletadas 203. Na análise do indicador de conformidade de fertilizantes minerais mistos, que são os mais significativos em termos de volume produzido/consumido em SC e Brasil, foram coletadas 116 amostras, das quais 103 apresentaram-se dentro das garantias registradas, perfazendo um índice de conformidade de 88,79%, ficando ligeiramente abaixo da meta estabelecida no PPA, que é de 90%.

**b) Recursos financeiros:**

Para a execução e desenvolvimento de todas as ações de fiscalização de fertilizantes e corretivos foram gastos recursos no valor de R\$ 26.850,98 (vinte e seis mil oitocentos e cinquenta reais e noventa e oito centavos) com deslocamento (diárias com servidor) e R\$ 12.914,90 (doze mil novecentos e quatorze reais e noventa centavos), com custeio e manutenção, totalizando o valor empenhado de R\$ 39.765,88 (trinta e nove mil setecentos e sessenta e cinco reais e oitenta centavos), investidos direta ou indiretamente na execução da atividade de fiscalização de fertilizantes e corretivos no exercício de 2012.

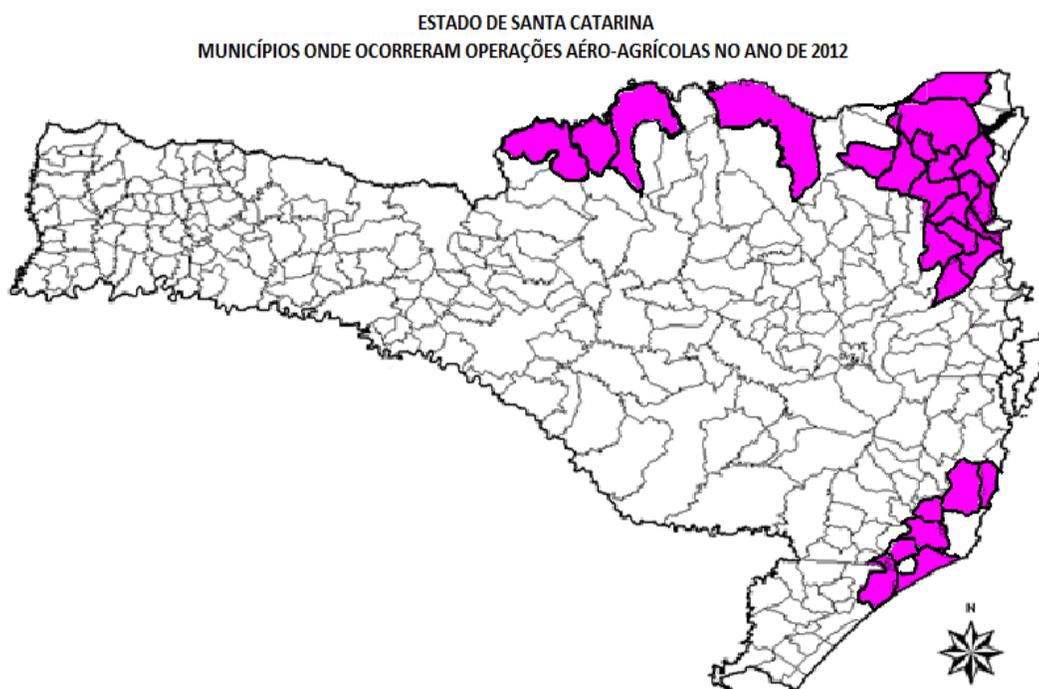
**2.3.2.III – Programa 375 – Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários**

**Ação 2177 – Fiscalização de Serviços Agrícolas - (FISCAGRIC1)**

**Análise crítica:**

No Estado de Santa Catarina existem atualmente três empresas registradas para operar com a atividade de prestador de serviços em aviação agrícola. Adicionalmente, existem outras duas empresas com autorização para operarem em Santa Catarina, uma registrada no Estado do Paraná e outra no Estado de São Paulo,

Os municípios catarinenses onde ocorreram operações aero agrícolas no ano de 2012 estão demonstrados no mapa a seguir.



**Relação dos municípios onde foram relatadas operações aero agrícolas**

<b>Araquari</b>	<b>Gaspar</b>	<b>Irioneópolis</b>	<b>Massaranduba</b>	<b>Treze de Maio</b>
<b>Barra Velha</b>	<b>Gravatal</b>	<b>Itajaí</b>	<b>Morro da Fumaça</b>	<b>Tubarão</b>
<b>Brusque</b>	<b>Guaramirim</b>	<b>Jaguaruna</b>	<b>Navegantes</b>	
<b>Canoinhas</b>	<b>Içara</b>	<b>Jaraguá do Sul</b>	<b>Piçarras</b>	
<b>Capivari de</b>	<b>Ilhota</b>	<b>Joinville</b>	<b>Porto União</b>	

<b>Baixo</b>				
<b>Corupá</b>	<b>Imarui</b>	<b>Luis Alves</b>	<b>São João do Itaperiú</b>	
<b>Garuva</b>	<b>Imbituba</b>	<b>Mafra</b>	<b>Schoroeder</b>	

Esta atividade, no âmbito da Superintendência tem sua importância e relevância para o setor produtivo de Santa Catarina, considerando-se seus benefícios e suas implicações pelo emprego de insumos agrícolas (principalmente agrotóxicos) sobre o meio ambiente, a segurança alimentar e a saúde das populações.

#### **Servidores envolvidos na ação**

<u><b>Servidor</b></u>	<u><b>Cargo</b></u>
Paulo Sérgio Cidral	Fiscal Federal Agropecuário
Francisco Rzatki	Fiscal Federal Agropecuário
Antonio Carlos Pias de Castro	Fiscal Federal Agropecuário
Erion Dias Ribeiro	Agente Oper. Ativ. Agropecuárias

Com relação a recursos financeiros, cabe mencionar que foram liberados em tempo hábil e no montante necessário para realização das despesas com deslocamento, conforme planejado. Diante do universo das ações acima apresentadas, programaram-se as fiscalizações para o ano de 2012; sendo as mesmas realizadas na sede das empresas, nas pistas de pouso/decolagem e pátios de descontaminação de aeronaves.

Em resumo as atividades realizadas no ano de 2012 resultaram em 92 fiscalizações, 02 autuações, 09 processos administrativos fiscais concluídos, totalizando R\$ 13.001,25 (Treze mil e um reais e vinte e cinco centavos) arrecadados em função das multas aplicadas.

### 2.3.2.III – Programa 375 – Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários

#### Ação 2179 – Fiscalização de Sementes e Mudanças - (FISCALSEM)

##### **Análise crítica:**

##### **a) Cumprimento das metas físicas:**

No Plano Operativo do exercício de 2012, foi programado **792 Fiscalizações**, distribuídas entre o universo de atuação de competência da Fiscalização de Sementes e Mudanças, que compreende os integrantes do Sistema Nacional de Sementes e Mudanças - SNSM, nas Atividades de Inscrição e Credenciamento no Registro Nacional de Sementes e Mudanças - RENASEM, nas ações de coletas de amostras fiscais de sementes, fiscalização de campos de produção de sementes, fiscalização de viveiros de produção de mudas, fiscalização de áreas de coleta e produção de sementes, fiscalização de plantas fornecedoras de materiais de propagação e fiscalização de usuários de sementes.

A meta física realizada para esta ação foi superior a meta prevista, atingindo o total de **894 Fiscalizações**. Analisando o universo de atuação da Atividade de Fiscalização de Sementes e Mudanças em Santa Catarina e sua abrangência, considerando a existência de 199 Produtores de Sementes, 457 Produtores de Mudanças, 58 Certificadores da Produção Própria, 2 Entidade Certificador de Sementes, 452 Responsáveis Técnicos, 6 Laboratórios de Análise de Sementes, foram inscritos e homologado 3.897 (três mil oitocentos e noventa e sete) Campos de Produção de Sementes, totalizando 90.581 ha de área de produção de sementes, para onde são direcionadas a maioria das ações de fiscalização contata-se que com a equipe técnica disponibilizada não há como executar todas estas atividades na quantidade, qualidade e agilidade que o setor do demandante exige.

A meta realizada de **894 Fiscalizações** não significa que foi alcançada a eficácia e a efetividade desejadas, tendo em vista que esta meta é estabelecida conforme a capacidade de execução de trabalho e desempenho máximo da equipe, havendo, portanto a necessidade de ampliação deste índice (meta), para ter-se a representatividade mínima que permita inferir análises sobre os índices de conformidade do universo de atuação, possibilitando que os usuários desses insumos tenham a segurança de sua identidade, qualidade e procedência.

O índice de conformidade alcançado no exercício de 2012 foi de 94,7%, acima do resultado esperado para o PPA 2012/2015 de 90%, significa que 94,7% das amostras fiscais coletadas e analisadas pelo Laboratório Oficial de Análise de Sementes do MAPA, estão dentro dos padrões mínimo de identidade e qualidade, com a ressalva, de que o universo de atuação esta subestimado pela limitação da equipe disponibilizada para o desempenho desta Ação.

##### **b) Recursos financeiros:**

Para a execução e desenvolvimento de todas as ações de fiscalização de sementes e mudas foram gastos recursos no valor de R\$ 35.112,50 (trinta e cinco mil, cento e doze reais e cinquenta centavos), com deslocamento (diária e passagem) e R\$ 37.750,55 (trinta e sete mil, setecentos e cinquenta reais e cinquenta e cinco centavos), com custeio e manutenção, totalizando o valor empenhado de R\$ 72.863,05 (setenta e dois mil, oitocentos e sessenta e três reais e cinco centavos), investidos direta ou indiretamente na execução da atividade de fiscalização de sementes e mudas, no exercício de 2012.

### *2.3.2.III – Programa 375 – Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários*

#### *Ação 2909 – Fiscalização de Agrotóxicos e Afins (FISAGROTOX)*

#### **Análise Crítica:**

##### **a) Cumprimento das metas físicas:**

A meta física programada para o exercício de 2012 foi de 08(oito) fiscalizações tendo sido executadas 18(dezoito) fiscalizações, extrapolando significativamente o programado tendo em vista a demanda de fiscalizações no atendimento de denúncias de produção, comercialização e uso irregulares de agrotóxicos e afins.

A taxa de conformidade desse insumo não pode ser mensurada por não terem sido coletadas amostras para essa aferição, tendo em vista que as empresas fabricantes e formuladoras de agrotóxicos estabelecidas no estado de Santa Catarina não estão produzindo e sobretudo não foram coletadas amostras dos agrotóxicos importados por não haver disponibilidade de laboratório para análise fiscal desses produtos.

A equipe que desempenha esta ação teve a participação em operações especiais no apoio as fiscalizações dos Órgãos estaduais como: FATMA, CIDASC e ações demandadas pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina visando a conjunção de esforços com objetivo de combater o uso indiscriminado de agrotóxicos na agricultura do estado de Santa Catarina, o combate ao uso de agrotóxicos ilegais que entram no país por contrabando e o desvio de uso desses produtos. Em ações de fiscalização executadas exclusivamente pelo Serviço de Fiscalização de Insumos foram apreendidos 22.304,6 litros de produtos irregulares, emitidos 03 Autos de Infração e interditado um estabelecimento produtor, já nas operações especiais onde a abrangência de atuação é maior foi constatado uma gama de irregularidades, desde comercializar agrotóxicos com validade vencida, sem receituário agrônomo, armazenar agrotóxicos em locais inadequados e sem o registro e licença ambiental junto ao órgão estadual, prescrição de agrotóxicos em desacordo com a legislação, produção e comercialização de produtos (hortaliças) com níveis de contaminação com agrotóxicos acima do permitido, demonstrando que sem uma ação coercitiva dos aparelhos do estado, os produtores, comerciantes e usuários de agrotóxicos não evidenciam preocupação de que este insumo “Agrotóxico”, que é imprescindível nas boas técnicas de produção, acabam se tornando um insumo de risco para a segurança dos alimentos se mal utilizados.

##### **b) Recursos financeiros:**

Para a execução e desenvolvimento de todas as ações de fiscalização de agrotóxicos e afins foram gastos recursos no valor de R\$ 22.788,50 (vinte e dois mil setecentos e oitenta e oito reais e cinqüenta centavos) com deslocamento (diárias com servidor e colaborador eventual) e R\$ 28.902,89 (vinte e oito mil novecentos e dois reais e oitenta e nove centavos), com custeio e manutenção, totalizando o valor empenhado de R\$ 51.692,37 (cinquenta e um mil, seiscentos e noventa e dois reais e trinta e sete centavos), investidos direta ou indiretamente na execução da atividade de fiscalização de agrotóxicos e afins no exercício de 2012.

### *2.3.2 .IV – Programa 0393 – Desenvolvimento do Sistema de Propriedade Intelectual*

#### *Ação 8560 – Fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários - IG (INDGRAF)*

#### **Análise crítica:**

No ano de 2012 Santa Catarina teve reconhecida pelo INPI a sua primeira indicação geográfica : a Indicação de Procedência dos Vales da Uva Goethe concedida em 14/02/2012. A equipe da DPDAG/SC teve participação importante tanto no processo organizacional da cadeia produtiva como fazendo o acompanhamento de convênio firmado entre o MAPA e a Prefeitura Municipal de Urussanga para promover o desenvolvimento da Indicação Geográfica. Houve também forte ação junto aos produtores de queijo artesanal serrano no Planalto Catarinense, com área de abrangência em 18 municípios e na região do norte catarinense atuando na busca do reconhecimento da região como indicação geográfica da erva mate nativa. Além dessas ações de organização de cadeias produtivas para o uso de signos distintivos foram também desenvolvidos estudos prospectivos para analisar o potencial da laranja do extremo-oeste catarinense, carne suína produzida pelos produtores não integrados da região oeste, queijo tipo Korchkas e embutidos de carne suína na região do Vale Europeu.

Criou-se Também um ambiente de discussão interinstitucional com a finalidade de constituir-se o Forum Catarinense de Estímulo ao Uso de Signos Distintivos - ação esta iniciada pela DPDAG - SC e que deverá consolidar-se em 2013 como instituição oficial de debates sobre desenvolvimento regional a partir da mobilização de atores locais em torno de produtos que fortalecem a identidade regional.

As ações desenvolvidas contribuíram decisivamente para a consolidação das indicações geográficas da uva Goethe e do queijo artesanal serrano. No entanto, pelas características de produção em pequenas propriedades e pelo aspecto étnico e cultural, Santa Catarina constituiu-se um rico ambiente para a valorização dos produtos agropecuários por meio das indicações geográficas.

#### **Cumprimento de metas:**

Ao longo do ano de 2012 a Coordenação Nacional de Incentivo à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários dedicou-se a analisar o papel do MAPA em relação às Indicações Geográficas e definir um novo modelo de atuação que prioriza a organização das cadeias produtivas para o uso e a gestão das IGs, considerando a formalização do processo de registro a ser apresentado ao INPI como uma atividade meio do processo de organização e não mais como atividade fim, como vinha sendo até então. Por esta razão os indicadores de desempenho foram modificados passando a ser cadeia de produção assistida e percentual de municípios atendidos com ações de IG. Esses indicadores foram consolidados ao longo do ano e, por isso, não foram definidas metas para o ano de 2012, tendo o atendimento sido feito ainda por demanda dos interessados. Para o ano de 2013 estão definidos o acompanhamento de três cadeias de valor de produtos agropecuários e a elaboração do trabalho de prospecção de potenciais IGs em 10 cadeias produtivas.

#### **Ações que apresentaram problemas de execução:**

O trabalho de sensibilização, apropriação de conceitos técnicos, de organização da cadeia produtiva e de gestão da iniciativa de desenvolvimento da indicação geográfica da erva mate

da região norte de SC foi prejudicada pela não disponibilização dos recursos aprovados e empenhados no convênio nº 763642/2011. Até a presente data os recursos não foram disponibilizados. Embora o atraso na liberação dos recursos possa ter causa externa (inabilitação do proponente no CAUC no momento da disponibilização dos recursos) o fato gera frustração no ânimo dos interessados (produtores) e descrédito à instituição concedente que mobiliza o segmento produtivo, cria expectativas positivas e não dá continuidade às ações.

Outro fator que dificulta a efetividade do programa é a falta de definição do tipo de apoio, especificamente financeiro, que pode ser oferecido tempestivamente aos interessados, em especial àqueles de menor poder econômico (pequenos agricultores) que não têm capacidade financeira para arcar com os custos de organização da cadeia produtiva, custos de organização de documentos e custos de registro de IG. A indefinição do tipo de apoio que pode ser oferecido inviabiliza a ação dos agentes públicos em cadeias produtivas com potencial de uso de IG gerada pela insegurança se a ação será ou não apoiada pelas instâncias superiores.

Um terceiro entrave é a falta de capacitação e de motivação de servidores para implantar e trabalhar com os novos sistemas de informação que vêm sendo implantados no MAPA. Implantam-se os programas informatizados que deveriam facilitar a execução das atividades mas não se proporciona a devida infra estrutura necessária para que os mesmos funcionem ( pessoal em número suficiente e devidamente capacitado, infra estrutura de redes de informática nas SFA, etc) de forma que ao invés de facilitar o trabalho tem, em muitos casos tornado as tarefas mais difíceis e onerosas (gasta-se mais tempo na atividade meio (controles) que na atividade fim (resultados colocados à disposição da sociedade).

Quarto fator: falta de um programa de valorização de servidores pelo nível de produtividade. Em algumas ocasiões o servidor que procura se dedicar ao trabalho e executar suas atividades com a devida responsabilidade é penalizado pelo seu esforço, chegando ao ponto, em alguns casos, em que para cumprir os compromissos assumidos ter que arcar com as próprias despesas decorrentes do trabalho (diárias com liberação atrasada, passagens aéreas pagas do próprio bolso sem direito a reembolso – Processo 21050.003186/2012-85).

#### **Ações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas;**

Como não foram estabelecidas metas para os estados no ano de 2012 ( foram estabelecidas apenas metas nacionais e por região) em razão da reformulação da metodologia de trabalho promovida pela CIG ao longo do ano não é possível realizar esta avaliação.

#### **OBS: Metas 2013:**

Em 2013 serão apoiadas três cadeias produtivas com indicação geográfica implantada ou em implantação ( Uva Goethe, Queijo Artesanal Serrano e Erva Mate) de acordo com a metodologia implantada pela Coordenação de Incentivo à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários (CIG) nas fases de sensibilização, diagnóstico e desenvolvimento e sete cadeias produtivas na fase de prospecção.

#### **Servidores Envolvidos na Ação:**

<b>Servidor</b>	<b>Cargo</b>
José Carlos Ramos	Fiscal Federal Agropecuário
Luis Eugênio Teixeira	Fiscal Federal Agropecuário
Ricardo Martins Bernardes	Analista – Embrapa
Suely Conceição Silva	Analista – Embrapa

### 2.3.2.V – Programa 1442 – Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio

#### Ação 4720 – Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica (CERTORGAN)

#### Análise Crítica

Santa Catarina encerrou o ano de 2012 contando com 461 unidades produtivas orgânicas controladas e aproximadamente 500 unidades em processo de conversão (transição agroecológica). Atuam em Santa Catarina 03 certificadoras por auditoria, sendo uma sediada no estado e 01 certificadora participativa. Santa Catarina ainda não conta com Organização de Controle Social/OCS cadastrada no MAPA, muito em função do fato que grande parte dos produtores familiares orgânicos que fazem venda direta estarem ligados à certificadora participativa.

As atividades do DPDAG/SFA/SC ao longo do ano consistiram na busca pelo atendimento das metas estabelecidas para 2012. Novos técnicos se incorporaram a equipe que atua com o fomento e fiscalização da produção orgânica, conforme quadro abaixo:

Servidor	Cargo	% dedicação
Antonio Carlos Pias de Castro	Fiscal Federal Agropecuário	15
Eduardo A. Ribas Amaral	Fiscal Federal Agropecuário	90
Francisco A. P. Van de Castele	Fiscal Federal Agropecuário	30
Luis Eugênio Teixeira	Fiscal Federal Agropecuário	25
Ricardo Martins Bernardes	Analista - EMBRAPA	20

#### Cumprimento das metas físicas

1. Meta: Realização de fiscalizações voltadas a orientar produtores orgânicos em venda direta. Foram realizadas 03 (três) fiscalizações orientadoras nos municípios de Florianópolis e Blumenau;
2. Meta: Realização de fiscalizações voltadas a coibir irregularidades. Foram realizadas 14 fiscalizações em 11 municípios, sendo lavrados 03 autos de infração, 03 termos de intimação e foram apreendidos 97.500 rótulos irregulares.
3. Meta: Auditar a inspeção dos Organismos de Avaliação da Conformidade Orgânica (certificadoras por auditoria e certificadoras participativas). Não foi realizada atividade relacionada a esta meta pelo fato da Coordenação de Agro ecologia ter retardado a execução desta ação para 2013.
4. Meta: Participar, por demanda da Coordenação de Agro ecologia do MAPA/Brasília, de auditorias de renovação da acreditação dos Organismos de Avaliação da Conformidade Orgânica. FFA do DPDAG participou de 02 auditorias de manutenção de certificadoras e 01 auditoria para credenciamento de certificadora participativa.
5. Meta: Participar de eventos relacionados com a aplicação dos mecanismos de garantia da qualidade orgânica. Quatro FFAs do DPDAG fizeram treinamento para auditoria sobre organismos de avaliação da conformidade orgânica;
6. Meta: Realização de oficina para técnicos e produtores sobre estruturação de Organizações de Controle Social/OCS e Organizações Participativas de Controle da Qualidade Orgânica/OPAC: realizada 01 (uma) oficina na região norte de Santa Catarina.

7. Meta: Apoiar a Coordenação de Agro ecologia do MAPA na avaliação dos processos de estabelecimento de referência de produtos fitossanitários para uso na agricultura orgânica: realizadas 04 (quatro) viagens para Brasília para auxiliar na análise de processos. Produzidos 03 pareceres técnicos sobre a eficiência agrônômica de produtos.
8. Meta: Realizar palestras para técnicos, produtores e demais interessados nos mecanismos de garantia da qualidade orgânica: realizadas 09 palestras que envolveram 788 pessoas entre técnicos, produtores, consumidores e estudantes de universidades e cursos técnicos.

#### **Ações que apresentaram problemas de execução:**

A execução das ações foi parcialmente prejudicada no primeiro semestre pelo contingenciamento de recursos que dificultou a realização de mais fiscalizações e treinamento em campo dos FFAs.

Outro aspecto que prejudicou sobremaneira a execução foi a dificuldade relacionada aos sistemas informatizados implantados pelo MAPA em 2012, em especial o sistema SCDP. Apesar de serem extremamente importantes os sistemas, por falta de capacitação do staff técnico-administrativo, tornaram-se um grande complicador na execução das atividades. Isso fez com que os técnicos utilizassem muito de seu tempo para equacionar demandas e impedimentos produzidos pela operação do sistema, o que resultou em mau uso do recurso público, já que o valor da hora de trabalho de um FFA é expressivo e seu tempo de trabalho deveria ser direcionado para a atividade fim. Além disso, a demora no trâmite das autorizações no sistema resultou, em alguns casos, na suspensão da participação em reuniões, afetando negativamente a imagem do MAPA no estado.

#### **Ações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas;**

Como as metas estabelecidas não tinham quantificação não é possível responder este item..

#### **Metas para 2013**

- i. Realizar 30 (trinta) fiscalizações para atendimento de denúncias ou por suspeição ou por indício de irregularidades;
- ii. Realizar 01 (uma) oficina para capacitação de 18 (dezoito) pessoas entre produtores, consumidores e técnicos para a efetivação de Organizações Participativas de Avaliação da Conformidade Orgânica/OPAC
- iii. Realizar 02 (duas) oficinas destinadas à capacitação de 60 (sessenta) pessoas entre produtores e técnicos para a organização de sistema de controle social e preenchimento de formulários destinados ao cadastro de Organização de Controle Social/OCS no MAPA.
- iv. Realizar 12 (doze) reuniões objetivando orientar 350 (trezentos e cinquenta) pessoas entre técnicos de entidades governamentais e não governamentais e produtores orgânicos ou em conversão sobre os mecanismos de garantia da qualidade orgânica
- v. Realizar 01 (uma) oficina para capacitar 14 (quatorze) pessoas entre produtores e técnicos da cooperativa Cooperagreco na aplicação dos mecanismos de controle da qualidade orgânica na produção de aves de corte.
- vi. Capacitar 40 (quarenta) pessoas entre técnicos da Rede Ecovida e Epagri, produtores orgânicos e em conversão da associação Ascooper para a produção de leite orgânico de conformidade com o estabelecido na legislação da produção orgânica.

### 2.3.2.V – Programa 1442 – Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio

#### Ação 8591 – Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Agrícolas (APOIOAGRIC)

##### **Análise crítica:**

No ano de 2012, dando continuidade às atividades desenvolvidas em anos anteriores, esta ação esteve voltada a prestar apoio às iniciativas que visam à prospecção de potenciais de cadeias produtivas, a na motivação de cadeias produtivas, a organização da produção e o incremento de ações que visem o fortalecimento das entidades envolvidas nos processos produtivos, focando a estruturação destas cadeias, a agregação de valor e renda às propriedades rurais, a melhorias da condição de vida para o homem do campo na busca de sua fixação no meio rural e a conseqüente solução para o problema da secessão na propriedade.

##### **Cumprimento das metas físicas:**

A meta assumida para o ano de 2012 foi superada, demonstrando a competência e comprometimento da equipe local com os objetivos da Divisão, atingindo mais de 120 pessoas envolvidas em reuniões e encontros técnicos.

A ênfase da SFA-SC, através do DPDAG, esteve no incentivo à adoção de práticas sustentáveis na Agropecuária. Para isto, apoiou as atividades relacionadas à Produção Integrada da cultura do Arroz Irrigado, Banana, Farinha de Mandioca, Tomate, Carne Bovina e Maçã.

No exercício de 2012 a equipe participou também de reuniões visando à definição das Normas Técnicas para o cultivo de Cebola, à elaboração de projetos que visam à obtenção de Normas Técnicas Nacionais de Produção Integrada de Carne bovina e de Cebola. Foi também dirigida uma palestra na 42ª assembléia da ASBRAER, que contou com representantes de empresas de Ater de 23 estados e reuniões incentivando a organização de cadeias produtivas como a de Mandioca em Urussanga.

##### **Ações que apresentaram problemas de execução:**

A principal dificuldade encontrada durante o ano de 2012 foi a falta de organização e planejamento no repasse de recursos de custeio. Há uma discrepância muito grande entre o valor solicitado, planejado e o executado, o que gera escassez de recursos para atender às demandas e prospectar novas oportunidades de desenvolvimento do setor agropecuário no estado de Santa Catarina. Urge avançarmos na questão de as ações que são planejadas e/ou as demandas que surgem tenham o imediato aporte de recursos para possibilitar que a equipe técnica consiga dar o atendimento necessário aos interessados.

##### **Ações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas:**

Devido às dificuldades financeiras enfrentadas durante o ano de 2012, considera-se que as ações superaram de forma significativa as expectativas dos gestores, em razão do empenho pessoal dos servidores envolvidos nos processos.

##### **Equipe:**

Servidor	Cargo	% dedicação
Antonio Carlos Pias de Castro	Fiscal Federal Agropecuário	90
Eduardo A. Ribas Amaral	Fiscal Federal Agropecuário	10
Francisco A. P. Van de Castele	Fiscal Federal Agropecuário	30
Luis Eugênio Teixeira	Fiscal Federal Agropecuário	50
Ricardo Martins Bernardes	Analista - EMBRAPA	30

*2.3.2.V – Programa 1442 – Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio*

*Ação 8592 – Desenvolvimento e Monitoramento de Sistemas de Rastreabilidade Agroalimentar  
(RASTREAB)*

**Análise Crítica:**

O Estado de Santa Catarina não possui nenhum Estabelecimento Rural Aprovado no SISBOV, portanto não foram realizadas auditorias em Santa Catarina. Em nosso estado há apenas um fabricante de elementos de identificação, localizado em Joinville.

Durante o ano de 2012, não foram realizadas atividades neste PI. Segundo a Coordenação em Brasília, auditoria na fábrica de brincos não é um foco que determinado como prioritário.

### 2.3.2.V – Programa 1442 – Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio

#### Ação 8593 – Apoio ao Uso e Manejo Sustentável dos Recursos Naturais em Agroecossistemas (ORGMANEJO)

#### **Análise Crítica:**

#### **Entre as metas previstas para 2012 estavam:**

1. Criação do Grupo Gestor Estadual do Plano ABC: o GGE/SC veio a ser instalado no dia 05 de março de 2012, sob a coordenação do Governo Estadual, conforme orientação da SDC/Mapa. Foi constituída também sua Secretaria-Executiva, faltando ainda a publicação da respectiva portaria de criação por parte do Governo Estadual;
2. Realização de seminário de sensibilização: como continuação das atividades de operacionalização do Plano ABC em Santa Catarina, foi realizado o Seminário de Sensibilização, em abril de 2012;
3. Realização de oficina de planejamento para definição das metas estaduais: para subsidiar a realização desta oficina, houve a participação de um Fiscal Federal Agropecuário da DPDAG/SFA-SC e um representante da Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca de Santa Catarina na oficina realizada no Estado do Tocantins, de 21 a 25 de maio de 2012, a partir da qual se estabeleceram parâmetros para a realização da oficina de Santa Catarina;
4. Realização de reuniões ordinárias e extraordinárias do Comitê Gestor: foram realizadas diversas reuniões do Grupo Gestor Estadual, especialmente de sua Secretaria-Executiva, com vistas a implementar a oficina estadual. Em virtude de diversas ocorrências no Estado de Santa Catarina, tais como a seca, a crise da suinocultura, a crise da falta de milho, com seus desdobramentos na avicultura e na suinocultura, este Plano ABC catarinense não foi finalizado no decorrer do ano de 2012. No entanto, as tratativas evoluíram para a incorporação à SE/GGE/SC de contribuições para finalizar o Plano ABC/SC, por parte de profissionais das diferentes áreas de interesse das ações do Plano ABC.

#### **Outras ações realizadas:**

- participação no X Seminário sobre Plantio Direto em Campos Novos, juntamente com o palestrante Maurício Carvalho de Oliveira (palestrante) apresentando o plano ABC, em 19 de junho de 2012;
  - participação na XIX Reunião Brasileira de Manejo e Conservação do Solo e da Água, em Lages, juntamente com o palestrante Luiz Novaes de Almeida, em 02 de agosto de 2012;
- Para o ano de 2013, está prevista a concretização do Plano ABC/SC, além da realização de quatro reuniões do Grupo Gestor Estadual.

#### **Servidores envolvidos na ação**

Nome do Servidor	Função
Francisco A. Powell Van de Castele	Fiscal Federal Agropecuário
Ricardo Martins Bernardes	Analista
Antonio Carlos Pias de Castro	Fiscal Federal Agropecuário

**2.3.2.V – Programa 1442 – Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio**

**Ação 8598 – Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Pecuárias (APOIOPEC)**

**Análise Crítica:**

**Entre as metas previstas para 2012 estavam:**

1. Implantar e Supervisionar Programa de Qualidade de Leite de Santa Catarina. Foram realizadas ações para sensibilização sobre o Programa Alimento Seguro – PAS /Leite, junto a produtores, indústrias e cooperativas. Foi desenvolvido um projeto, juntamente com a Cooperxaxim e Universidade da Fronteira Sul, para prospecção e instalação de dois postos de resfriamento de leite de Produção Integrada, beneficiando cerca de 1.200 produtores.
2. Apoio à realização da Feira Mercoláctea, em novembro/2012, com a realização do II Seminário Internacional de Qualidade do Leite.
3. Realizar estudos em metodologias de insensibilização para o abate de aves em busca de adequação pelos frigoríficos do estado às novas normas européias de bem-estar animal: Foi realizado um trabalho em parceria com a Embrapa Aves e Suínos e a USP, para a proposição de um protocolo de insensibilização de aves que atenda, pelos princípios da equivalência, às normas européias de abate humanitário.
4. Apoiar e implantar a Cadeia de Produção Integrada de Carne dos Campos das Tropas/SC. Foram realizadas diversas reuniões técnicas e visitas a propriedades, para implantação de Boas Práticas Agropecuárias. Foi feito o lançamento da marca coletiva “Campos das Tropas”, e o projeto de PI está em fase final de implantação.
5. Apoiar e implantar a Cadeia de Produção Integrada de Carne Suína do Oeste Catarinense. Foram realizadas diversas reuniões com associações de produtores e com a Embrapa/Suínos e Aves para a elaboração de um projeto de produção integrada de carne suína, com vistas à indicação geográfica, para atender aos pequenos produtores independentes do oeste de Santa Catarina.

**Cumprimento das metas:**

Tendo em vista que a meta prevista para 2012 era de 20 pessoas beneficiadas, e que as ações realizadas em 2012 alcançaram um número muito maior de contemplados, constata-se que a meta foi alcançada. No entanto, há que se ressaltar que essas ações são de longo prazo, e os projetos de que elas fazem parte ainda estão em fase de implantação. Assim sendo, sugere-se que se altere o índice de verificação para essa ação, para “novos projetos iniciados”.

**Ações que apresentaram problemas na execução:**

Tanto os projetos de Produção Integrada de Carne Bovina; Produção Integrada de Leite; Produção Orgânica de Leite, bem como o Projeto de Indicação Geográfica para os Queijos

Artesanais de Santa Catarina, esbarram na necessidade de obtenção de “Certificado de Propriedade Livre de Brucelose e Tuberculose”. A obtenção desse certificado é demorada e onerosa, especialmente para o produtor familiar. Há necessidade do MAPA em buscar parcerias com instituições de ensino para viabilizar os testes de tuberculização e de SAR para brucelose, no intuito de apressarmos a obtenção desse certificado por parte dos pequenos produtores envolvidos nesses projetos.

**Ações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas:**

A meta prevista para essas ações era de vinte pessoas beneficiadas. Em apenas um projeto iniciado em 2012 (Produção Integrada de Leite do Oeste Catarinense), cerca de 1.200 pequenos produtores foram beneficiados. Em vista disso, sugere-se que seja alterado o índice de verificação desse PI, de “pessoas beneficiadas” para “novos projetos iniciados”.

**Servidores Envolvidos na Ação:**

<b>Servidor</b>	<b>Cargo</b>
Luis Eugênio Teixeira	Fiscal Federal Agropecuário
Antonio Carlos Pias de Castro	Fiscal Federal Agropecuário

### 2.3.2.V – Programa 1442 – Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio

#### Ação 8622 – Desenvolvimento do Associativismo Rural e do Cooperativismo (PROMOCOOP)

##### **Análise crítica:**

As ações desenvolvidas no curso do ano de **2012** estiveram direcionadas a prospecção de oportunidades para o apoio por parte do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no estado de Santa Catarina.

Para a Superintendência Federal de Agricultura em Santa Catarina – SFA – SC, o sistema cooperativo tradicional já está estruturado e consolidado com a presença, no Estado de grandes cooperativas que atual em todos os elos das cadeias produtivas, desde a produção primária até a comercialização e exportação. No entanto, existe um número enorme de produtores que estão tentando organizar-se para atingir escala e poder competir no mercado. Neste diapasão, estão surgindo inúmeras pequenas cooperativas de produção, de transformação e de comercialização que necessitam da mão do Estado Brasileiro para poderem se estruturar. As necessidades vão desde as mais elementares como a capacitação dos produtores em Boas Práticas Agropecuárias que envolva sanidade, higiene, nutrição, etc., até a gestão da propriedade. Em outro nível, demandam investimentos em formação cooperativa, gestão de negócios, gestão de cooperativas, entre outros.

Neste sentido, a DPDAG/SFA-SC está dialogando com as autoridades do MAPA no sentido de formatar uma proposta de atuação com estas pequenas cooperativas com vistas ao atendimento às suas demandas.

##### **Cumprimento das metas físicas:**

Das metas previstas dentro do calendário de 2012 houve um incremento de 5,8%.

##### **Ações que apresentaram problemas de execução:**

A principal dificuldade encontrada durante o ano de **2012** restringiu-se à escassez de recursos humanos, à necessidade de capacitação específica para os técnicos que atuam neste campo e falta de recursos financeiros para atender às demandas de novas oportunidades no desenvolvimento do setor agropecuário no estado de Santa Catarina.

##### **Ações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas:**

As ações foram realizadas dentro do previsto.

##### **Ações Prioritárias na LDO:**

Para o ano de **2013** a DPDAG/SFA-SC em parceria com o Departamento Nacional do Cooperativismo está prevendo participar e apoiar Feiras e Seminários, Dia de Campo e demais atividades a serem definidas baseadas no Calendário Oficial de Exposições e Feiras Agropecuárias da Secretaria de Agricultura do Estado de Santa Catarina.

##### **Servidores envolvidos na ação:**

Nome do Servidor	Função
Francisco Rzatky	Fiscal Federal Agropecuário
Luiz Ernesto Morales	Assistente Administrativo

**2.3.2.VI – Programa 6003 – Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário**

**Ação 2B17 – Fiscalização de Contratos e Repasse (FISCONTRATO)**

**Análise crítica:**

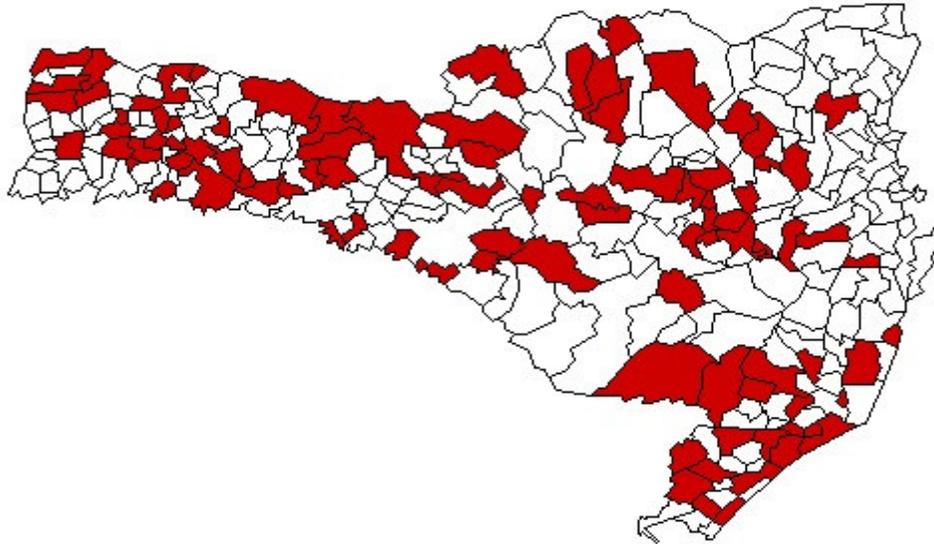
No ano de **2012** o Plano Interno – PI FISCONTRATO a DPDAG/SFA-SC recebeu recursos para locomoção e manutenção de veículos utilizados em vistorias prévias para a análise e aprovação de propostas do Programa Apoio ao Desenvolvimento Agropecuário PRODESA, bem como **nas fiscalizações** dos contratos de repasse, atendendo ao Plano/Cronograma, feito por amostragem, dentre os contratos celebrados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, nos últimos cinco anos.

**Cumprimento das metas:**

Durante o ano de **2012** foram fiscalizados **107** contratos de repasse nas diversas prefeituras de Santa Catarina beneficiadas com o programa. No exercício também foram analisadas e aprovadas 274 (duzentas e setenta e quatro) propostas, das quais 161 (cento e sessenta e um) foram empenhadas em atendimento a 122 (cento e vinte e dois) municípios catarinenses no valor de R\$ 47.672,000,00 (Quarenta e sete milhões e seiscentos e setenta e dois mil reais) na aquisição de veículo (caminhões, tratores, patrulhas mecanizadas e adubos/fertilizantes ) (Relação/Figura abaixo).

<b>001 - Treze Tílias</b>	<b>300311-06/2009</b>	<b>038 - São Joaquim</b>	<b>316448-81/2009</b>	<b>075 - Itapiranga</b>	<b>304281-29/2009</b>
<b>002 - Ibicaré</b>	<b>298093-08/2009</b>	<b>039 - São Joaquim</b>	<b>261740-50/2008</b>	<b>076 - Cordilheira Alta</b>	<b>316709-47/2009</b>
<b>003 - Tangará</b>	<b>307743-74/2009</b>	<b>040 - Orleans</b>	<b>321942-74/2010</b>	<b>077 - Xanxere</b>	<b>316360-45/2009</b>
<b>004 - Tangará</b>	<b>297730-99/2009</b>	<b>041 - Tubarão</b>	<b>316405-79/2009</b>	<b>078 - Irani</b>	<b>304112-69/2009</b>
<b>005 - Pinheiro Preto</b>	<b>280275-29/2008</b>	<b>042 - Imbituba</b>	<b>316411-57/2009</b>	<b>079 - Irani</b>	<b>316359-17/2009</b>
<b>006 - Videira</b>	<b>307745-93/2009</b>	<b>043 - Imaruí</b>	<b>316452-53/2009</b>	<b>080 - Ponte serrada</b>	<b>316381-90/2009</b>
<b>007 - Fraiburgo</b>	<b>261523-23/2008</b>	<b>044 - Imaruí</b>	<b>335332-90/2010</b>	<b>081 - Ponte serrada</b>	<b>331164-75/2010</b>
<b>008 - Fraiburgo</b>	<b>304070-73/2009</b>	<b>045 - Jaguaruna</b>	<b>303993-16/2009</b>	<b>082 - Xanxere</b>	<b>261599-35/2008</b>
<b>009 - Peritiba</b>	<b>304121-84/2009</b>	<b>046 - Içara</b>	<b>307370-72/2009</b>	<b>083 - Xaxim</b>	<b>261601-70/2008</b>
<b>010 - Peritiba</b>	<b>304160-62/2009</b>	<b>047 - Içara</b>	<b>308897-57/2009</b>	<b>084 - Xaxim</b>	<b>337187-70/2010</b>
<b>011 - Peritiba</b>	<b>331047-41/2009</b>	<b>048 - Bal.Arroio do Silva</b>	<b>304023-98/2009</b>	<b>085 - Xaxim</b>	<b>281282-36/2008</b>
<b>012 - Piratuba</b>	<b>261562-01/2008</b>	<b>049 - Vargem</b>	<b>316446-63/2009</b>	<b>086 - Faxinal dos Guedes</b>	<b>261521-05/2008</b>
<b>013 -</b>	<b>261543-</b>	<b>050 - São José</b>	<b>261588-</b>	<b>087 - Vargeão</b>	<b>261597-</b>

Lacerdópolis	64/2008	do Cerrito	06/2008		17/2008
014 - Luzerna	261547-00/2008	051 - São José do Cerrito	316414-89/2009	088 - Vargeão	307744-88/2009
015 - Luzerna	304013-73/2009	052 - Bom retiro	315628-44/2009	089 - Vargeão	316990-66/2009
016 - Luzerna	304071-87/2009	053 -Urubici	316393-32/2009	090 - Vargeão	261598-21/2008
017 - Joaçaba	281274-39/2008	054 -Urubici	280185-30/2008	091 - Vargeão	281175-30/2008
018 - Erval Velho	332661-18/2010	055 -Urubici	261743-82/2008	092 - Cel. freitas	330928-88/2010
019 - Erval Velho	304006-81/2009	056 - Anitápolis	261496-99/2008	093 - Cel. freitas	346295-70/2010
020 -Arvoredo	261498-16/2009	057 - Águas mornas	332544-85/2010	094 - Marema	261549-28/2008
021-Paial	261556-23/2008	058 - Águas mornas	298610-60/2009	095 - Marema	332589-27/2010
022-Paial	281277-63/2008	059 - Paulo Lopes	261561-98/2008	096 - Marema	329550-18/2010
023-Paial	261557-37/2008	060 - Garopaba	331933-77/2010	097 - Marema	314823-85/2009
024-Paial	321943-88/2010	061 - Águas de Chapecó	304303-80/2009	098 - União do Oeste	304059-29/2009
025 - Seara	304186-67/2009	062 - São Carlos	261585-75/2008	099 - União do Oeste	329146-09/2010
026 - Seara	307740-41/2009	063 - São Carlos	298749-25/2009	100 - Formosa do Sul	280172-83/2008
027 - Seara	331159-00/2010	064 - São Carlos	261586-89/2008	101 - Formosa do Sul	316373-93/2009
028 - Itá	261534-53/2008	065 - Cunha Porã	261516-31/2008	102 - Formosa do Sul	261522-19/2008
029 - Itá	261535-68/2008	066 - Cunha Porã	331225-15/2010	103 - Novo Horizonte	316362-64/2009
030 - Itá	281273-75/2008	067 - Cunha Porã	307371-86/2009	104- Novo Horizonte	304184-47/2009
031 - Itá	326902-00/2010	068 - Riqueza	261578-82/2008	105 - São Lourenço Oeste	307742-60/2009
032 - Arabutã	261497-02/2008	069 - Riqueza	261577-78/2008	106 - São Lourenço Oeste	304280-15/2009
033 - Arabutã	298590-27/2009	070 - Riqueza	297729-61/2009	107 - São Lourenço Oeste	316376-25/2009
034 - Arabutã	331004-38/2010	071 - Riqueza	326639-02/2010		
035 - Arabutã	332683-77/2010	072 - Mondaí	261552-87/2008		
036 - Xavantina	261600-66/2008	073 - Itapiranga	280273-00/2008		
037 - Xavantina	304185-53/2009	074 - Itapiranga	304286-71/2009		



**Figura: Distribuição espacial das fiscalizações de contrato executadas no Estado de Santa Catarina em 2012**

**Ações que apresentaram problemas de execução:**

A principal dificuldade encontrada durante o ano de 2012 restringiu-se à escassez de recursos financeiros para atender às demandas e à falta de capacitação específica no Sistema de Convênios – SICONV, para os servidores que atuam nesta atividade.

**Ações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas:**

Não houve superação das metas.

**Ações Prioritárias na LDO:**

Para o ano de 2013 a DPDAG/SFA-SC está elaborando uma programação e os respectivos roteiros de fiscalização de contatos de repasse (PRODESA) com vistas a ampliar as fiscalizações nos municípios do estado de Santa Catarina.

**Servidores envolvidos na ação:**

Nome do Servidor	Função
Carlos Alberto Paludo	Assistente Administrativo
Cesar Danilo Giacomazzi	Auxiliar Administrativo
Roberto Concatto	Auxiliar Administrativo

**2.3.2.VI – Programa 6003 – Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário**

**Ação 8611 – Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário (APPRODUTOR)**

**Análise crítica:**

No ano de **2012**, a Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário da Superintendência Federal de Agricultura em Santa Catarina – DPDAG/SFA-SC, desenvolveu ações de apoio a eventos, a projetos de desenvolvimento do setor agropecuário e ao pequeno e médio produtores, por intermédio do PI APPRODUTOR, alinhadas com a Ação 8611 do Plano Plurianual - PPA.

**Cumprimento das metas físicas:**

No ano de 2012 foram realizadas diversas ações visando o fortalecimento da cadeia produtiva no estado de Santa Catarina, sendo aprovadas 06 (seis) emendas no valor de R\$ 618.362,08 (seiscentos e dezoito mil e trezentos e sessenta e dois reais e zero oito centavos) beneficiando 05 (cinco) municípios com eventos, feiras e aquisição de sementes, adubo e calcário e projeto desenvolvido pela EPAGRI/SC para apoio ao Projeto de organização e capacitação de produtores – IG para o queijo artesanal.

**Ações que apresentaram problemas de execução:**

A principal dificuldade encontrada durante o ano de 2012 restringiu-se à escassez e à pronta disponibilização de recursos financeiros para atender às demandas e prospectar novas oportunidades de desenvolvimento do setor agropecuário no estado de Santa Catarina.

**Ações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas:**

As metas atingidas estavam dentro do previsto..

**Servidores envolvidos na ação:**

<b>Nome do Servidor</b>	<b>Função</b>
Carlos Alberto Paludo	Assistente Administrativo
Cesar Danilo Giacomazzi	Auxiliar Administrativo
Roberto Concatto	Auxiliar Administrativo
Luiz Ernesto Morales	Assistente Administrativo
Clodoaldo Andriolli	Fiscal Federal Agropecuário

**2.3.2.VI – Programa 6003 – Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário**

**Ação 4747– Fiscalização de Serviços Pecuários - FISCALPEC**

**Análise Crítica**

**As metas previstas para 2012 eram:**

1. Fiscalizar a Associação Brasileira dos Criadores de Bovinos da Raça Crioula Lageana, em Lages/SC (auditoria de rotina)
2. Fiscalizar a Associação Brasileira dos Criadores de Cavalo Campeiro, em Curitiba/SC

**Cumprimento das metas:**

As duas auditorias foram realizadas, estando as duas associações em conformidade com as normas que regem as entidades emissoras de registro genealógico.

**Ações que apresentaram problemas na execução:**

Não houve problemas na execução dessas ações.

**Ações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas:**

Não houve superação de metas. Essas associações devem ser auditadas, no mínimo anualmente. O histórico de conformidades em auditorias do MAPA não sugere um aumento na frequência dessas auditorias. Para 2013, está prevista somente uma auditoria para cada uma dessas associações.

**Servidores Envolvidos na Ação:**

<b>Servidor</b>	<b>Cargo</b>
Luis Eugênio Teixeira	Fiscal Federal Agropecuário
Francisco A. Powell Van de Castele	Fiscal Federal Agropecuário

### 3 – ESTRUTURA DE GOVERNANÇAS E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

#### 3.1 – Estrutura de Controles Internos da UJ

A informação abaixo detalha aspectos relacionados ao sistema de controles internos da SFA-SC, sob a ótica de ambiente de controle, avaliação de riscos, procedimentos de controle, informação e comunicação e monitoramento.

#### Parte A, item 3, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012

#### Quadro A.3.1 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					x
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			x		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.		x			
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				x	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				x	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			x		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				x	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				x	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.		x			
<b>Avaliação de Risco</b>					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				x	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			x		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				x	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				x	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				x	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			x		
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				x	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					x
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.			x		

<b>Procedimentos de Controle</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.		x			
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		x			
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.		x			
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.		x			
<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				x	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				x	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.			x		
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				x	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				x	
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.		x			
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.		x			
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.		x			
<p><b>Considerações gerais:</b>  Na estrutura da SFA-SC não contempla área específica de controles internos, sendo que esta função vem sendo desenvolvida de modo consolidado por gestão na esfera superior desta UJ.  Regimentalmente, não há a figura de agente de controles internos dentro da estrutura organizacional da UJ, não obstante o fato da Administração da Superintendência vir buscando minimizar o impacto desta ausência por meio de incentivo à atuação da atividade da Conformidade de Registro de Gestão (Conformidade Documental), procurando dar àquele serviço, meios que possibilitem o acompanhamento da gestão com característica de controle internos.</p> <p>No entanto, carece dentro da estrutura funcional, de profissionais com conhecimento e perfil para este fim, adicionado às inúmeras dificuldades por não possuir ferramentas adequadas que possibilite um acompanhamento sistêmico, das inúmeras atividades desenvolvidas e que dê adequada guarida, evitando assim riscos decorrentes de atos fraudulentos e danosos à integridade do patrimônio público, bem como, permitir que se desenvolvam técnicas preventivas, visando isolar as ações de agentes, que por causa de sua fragilidade, estejam sujeitas às influências que possam ocasionar danos à organização pública</p>					
<p><b>Escala de valores da Avaliação:</b></p> <p>(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>não observado</b> no contexto da UJ.</p> <p>(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b> no contexto da UJ, porém, <b>em sua minoria</b>.</p> <p>(3) <b>Neutra:</b> Significa que <b>não há como avaliar</b> se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.</p> <p>(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b> no contexto da UJ, porém, <b>em sua maioria</b>.</p> <p>(5) <b>Totalmente válida.</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>observado</b> no contexto da UJ.</p>					

### 3 – ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

#### 3.2 - Estrutura e Atividades do Sistema de Correição

##### Sistema de Correição na SFA/SC

A Superintendência Federal de Agricultura em Santa Catarina – SFA-SC não possui um sistema formal regimental próprio de correição. Conforme estrutura do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, as denúncias, críticas, elogios e sugestões dos administrados, bem como as manifestações relativas ao Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288, de 20/07/2010), são recebidas e gerenciadas pelo Órgão Central em uma estrutura de Ouvidoria, que conta, inclusive, com uma central de relacionamento para atendimento via telefone e digital (internet), assegurando ao usuário o pleno direito ao anonimato. Neste modelo, compete às unidades descentralizadas, apenas, a nomeação de dois servidores estáveis do quadro para atuarem como “interlocutores” das demandas da Ouvidoria Central frente à Unidade Descentralizada.

Compõe, ainda, o modelo centralizado de correição do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o Sistema de Informação ao Cidadão – SIC, também gerenciado pelo Órgão Central, e que trata das questões relativas ao cumprimento da Lei nº 12.527, de 18/11/2011 (Lei de Acesso a Informação). Do mesmo modo que a Ouvidoria, as demandas são recebidas e gerenciadas pelo Órgão Central e repassadas a servidores da SFA-SC formalmente designados para atuarem como “resolvedores” locais ou descentralizados.

Finalmente, as questões disciplinares trazidas pela Ouvidoria ou captadas pela própria Gestão da SFA-SC, são tratadas, conforme preceitua a Lei nº 8.112, de 11/12/1990, através da nomeação de comissões sindicantes ou disciplinares, conforme o caso, instituídas via Portarias específicas para cada episódio, e compostas, invariavelmente, por servidores estáveis do quadro da SFA-SC. O acompanhamento dos trabalhos e conclusões desses Colegiados Sindicantes / Disciplinares também é procedido pelo Órgão Central através do Sistema CGPAD/SE.

**4 – PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**

**4.1 – Desempenho na Execução Orçamentária e Financeira**

Em face da não aplicabilidade da exigência relativa às informações das tabelas, Programação de Despesas Correntes, Programação de Despesas de Capital, Quadro Resumo da Programação de Despesas, e Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa, fica dispensado o seu detalhamento conforme Anexo a Portaria nº 150, de 03 de julho de 2012.

Quadro A.4.7 – Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ		
Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Superintendência Federal de Agricultura em Santa Catarina	22000	130072

Quadro A.4.8 – Programação de Despesas Correntes							Valores em R\$ 1,00	
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes						
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2012	2011	2012	2011	2012	2011	
LOA	Dotação proposta pela UO							
	PLOA							
	LOA							
CRÉDITOS	Suplementares							
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
Créditos Cancelados								
Outras Operações								
Total								

Fonte:

A tabela acima não se aplica a SFA-SC em face da UJ não ser uma OU, tampouco, tenha, as unidades consolidadas ou agregadas, ou que a Unidade Gestora (UG) que tenha registrado contabilmente os créditos atribuídos originariamente pela LOA, assim como os créditos

adicionais recebidos ou concedidos no exercício, conforme previsto no quadro de observação constante do Anexo a Portaria nº 150 de 03 de julho de 2012.

**Quadro A.4.9 – Programação de Despesas de Capital**

Valores em  
R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital						
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2012	2011	2012	2011	2012	2011	
LOA	Dotação proposta pela UO							
	PLOA							
	LOA							
CRÉDITOS	Suplementares							
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados							
Outras Operações								
Total								

Fonte:

A tabela acima não se aplica a SFA-SC em face da UJ não ser uma OU, tampouco, tenha, as unidades consolidadas ou agregadas, ou que a Unidade Gestora (UG) que tenha registrado contabilmente os créditos atribuídos originariamente pela LOA, assim como os créditos adicionais recebidos ou concedidos no exercício, conforme previsto no quadro de observação constante do Anexo a Portaria nº 150 de 03 de julho de 2012.

**Quadro A.4.10 – Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência**

Valores em  
R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2012	2011	2012	2011	2012	2011	
LOA	Dotação proposta pela UO							
	PLOA							
	LOA							
CRÉDITOS	Suplementares							
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados							
Outras Operações								
Total								

Fonte:

A tabela acima não se aplica a SFA-SC em face da UJ não ser uma OU, tampouco, tenha, as unidades consolidadas ou agregadas, ou que a Unidade Gestora (UG) que tenha registrado contabilmente os créditos atribuídos originariamente pela LOA, assim como os créditos adicionais recebidos ou concedidos no exercício, conforme previsto no quadro de constante do Anexo a Portaria nº 150 de 03 de julho de 2012

**Quadro A.4.11 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa**

Valores em R\$  
1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
		Concedente	Recedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos						
	Recebidos						
Movimentação Externa	Concedidos						
	Recebidos						
Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
		Concedente	Recedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos						
	Recebidos						
Movimentação Externa	Concedidos						
	Recebidos						

Fonte:

As informações constantes na tabela acima na se aplicam a esta UJ por não ter ocorrido movimentações desta natureza envolvendo a SFA-SC.

DESPESAS CORRENTES				
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada	
	2012	2011	2012	2011
<b>1. Despesas de Pessoal</b>				
339014 - Diárias	683.834	1.099.285	677.383	927.184
31908 - Auxílio Funeral	88.426	42.509	88.426	42.509
339036 - Colaborador Eventual	41.796	378.171	40.379	378.171
Demais elementos do grupo				
<b>2. Juros e Encargos da Dívida</b>				
1º elemento de despesa				
2º elemento de despesa				

3º elemento de despesa				
Demais elementos do grupo				
<b>3. Outras Despesas Correntes</b>				
339030 - Material Consumo	499.396	670.343	499.086	509.702
339033 - Passagens	155.218	392.041	149.869	390.813
339039 - Serv.Terc.PJ	1.236.432	1.199.592	1.236.391	833.608
339037/47/92/93/339139/47	1.302.572	1.250.311	1.302.572	1.172.235

<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>				
<b>Grupos de Despesa</b>	<b>Empenhada</b>		<b>Liquidada</b>	
	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>4. Investimentos</b>				
333041 - Transferências	396.060	1.456.225	396	1.456.225
443042 - Transferências	474.250	3.484.250	474.250	3.484.250
449051 - Obras Andamento	130.000			
449052 - Material Permanente	9.705	155.160	9.705	43.421
<b>5. Inversões Financeiras</b>				
1º elemento de despesa				
2º elemento de despesa				
3º elemento de despesa				
Demais elementos do grupo				
<b>6. Amortização da Dívida</b>				
1º elemento de despesa				
2º elemento de despesa				
3º elemento de despesa				
Demais elementos do grupo				

#### 4 – PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

##### 4.2 – Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

A SFA-SC, na forma do que estabelece a regulamentação relativa a execução orçamentária de despesas, em face de seu movimento relacionar-se somente à execução dos créditos recebidos por movimentação interna e externa, adotará como sistemática de apresentação o segundo conjunto de demonstrativos, identificados pela denominação “Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação”, assim descritos:

- a. Despesas por Modalidade de Contratação;
- b. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa;
- c. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa;

O quadro abaixo, denominado **Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos pela UJ por Movimentação**, contempla duas (2) colunas com informações sobre a **Despesa Liquidada** e a **Despesa Paga**, cada uma delas dividida nos exercícios 2011 e 2012. As linhas, por sua vez, discriminam as despesas por modalidade de contratação, divididas em grupos totalizadores. No grupo totalizador “**Licitação**” encontra-se o Convite, a Tomada de Preços, a Concorrência, o Pregão, o Concurso, a Consulta e o Registro de Preços, enquanto no grupo “**Contratações Diretas**” estão a Inexigibilidade e a Dispensa. No grupo “**Regime de Execução Especial**” está o Suprimento de Fundos, enquanto no grupo “**Pagamento de Pessoal**” encontra-se o pagamento de Pessoal por meio de Folha de Pagamento ou de Diárias. Por fim, no grupo totalizador denominado “**Outros**” são consideradas as despesas que não se enquadrem nos itens anteriores.

**Quadro A.4.14 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de movimentação**

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
<b>1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)</b>	<b>2.448.475,00</b>	<b>3.051.941,00</b>	<b>2.063.089,00</b>	<b>2.347.031,00</b>
a) Convite				
b) Tomada de Preços		150.971		150.971
c) Concorrência		314.423		314.423
d) Pregão	2.448.475	2.586.547	2.063.089	1.881.637
e) Concurso				
f) Consulta				
<b>2. Contratações Diretas (g+h)</b>	<b>864.639,00</b>	<b>928.381,00</b>	<b>801.603,00</b>	<b>807.475,00</b>
g) Dispensa	580.367	692.077	538.633	594.335

h) Inexigibilidade	284.272	236.304	262.970	213.140
<b>3. Regime de Execução Especial</b>	<b>1.326,00</b>	-	<b>1.326,00</b>	-
i) Suprimento de Fundos	1.326		1.326	
<b>4. Pagamento de Pessoal (j+k)</b>	<b>677.383,00</b>	<b>1.298.503,00</b>	<b>677.383,00</b>	<b>1.298.503,00</b>
j) Pagamento em Folha				
k) Diárias	677.383	1.298.503	677.383	1.298.503
<b>5. Outros (Aux.Funeral)</b>	<b>88.426,00</b>	<b>42.509,00</b>	<b>88.426,00</b>	<b>42.509,00</b>
<b>6. Total (1+2+3+4+5)</b>	<b>4.080.249,00</b>	<b>5.321.334,00</b>	<b>3.631.827,00</b>	<b>4.495.518,00</b>

**Quadro A.4.15 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação**

<b>DESPESAS CORRENTES</b>				
<b>Grupos de Despesa</b>	<b>Empenhada</b>		<b>Liquidada</b>	
	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>1 – Despesas de Pessoal</b>				
33914 - Diárias	683.834	1.099.285	677.383	927.184
319008 - Aux. Funeral	88.426	42.509	88.426	42.508
339036 - Colaborader eventual	41.796	378.171	40.379	371.319
Demais elementos do grupo				
<b>2 – Juros e Encargos da Dívida</b>				
1º elemento de despesa				
2º elemento de despesa				
3º elemento de despesa				
Demais elementos do grupo				
<b>3 – Outras Despesas Correntes</b>				
339030 - Material Consumo	499.396	670.343	499.086	508.702
339033 - Passagens	155.218	392.041	149.869	390.813
339039 - Serv.Terc.PJ	1.236.432	1.199.592	1.236.391	833.608
339037/47/92/93/9139/47	1.303	1.250.311	1.302.572	1.172.235

<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>								
<b>Grupos de Despesa</b>	<b>Empenhada</b>		<b>Liquidada</b>		<b>RP não Processados</b>		<b>Valores Pagos</b>	
	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>4 – Investimentos</b>								
333041 - Transferências	396.060	1.456.225	396.060	1.456.225			396.060	1.456.225
443042 - Transferências	474.250	3.484.250	474.250	3.484.250			474.250	3.484.250
449051 - Obras Andamento	130.000				130.000			
449052 - Material Permanente	9.705	155.160	9.705	43.421		111.739	9.705	43.421
<b>5 – Inversões Financeiras</b>								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
<b>6 – Amortização da Dívida</b>								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

**5 – TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**

**5.1 – Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos**

A tabela abaixo demonstra a movimentação e o saldo, no exercício de referência das Contas Contábeis de códigos 21211.11.00, 21212.11.00, 21213.11.00, 21215.22.00 e 21219.22.00 do SIAFI nas UG associadas à UJ, que representam o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos, conforme Nota Técnica do Tesouro Nacional 2.309/2007.

O preenchimento fica prejudicado em face da ausência de movimentação de recursos nas rubricas acima descritas.

**Parte A, item 5, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012**

**Quadro A.5.1. - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos**

Valores em  
R\$ 1,00

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2011	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2012
<b>Razões e Justificativas:</b>					
<b>Fonte:</b>					

## ***5 – TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA***

### ***5.1.1 – Análise Crítica***

A análise crítica da gestão do reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos fica prejudicada em face da ausência de movimentação pela UJ, conforme descrito no item precedente.

## 5 – TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

### 5.2 – Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

A tabela contempla o montante de restos a pagar de exercícios anteriores inscritos e os respectivos valores cancelados e pagos acumulados até o final do exercício de referência do relatório de gestão, bem como o saldo a pagar apurado no dia 31/12/2012, estando dividido em duas partes: Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados, que contêm a mesma estrutura de informação, que se descreve a seguir.

**Quadro A.5.2 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores** Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	R\$ 708.701		R\$ 706.044	R\$ 2.657
2010	R\$ 96.741	R\$ 220	R\$ 96.521	R\$ 0
...				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	R\$ 9.656.532	R\$ 153.139	R\$ 3.238.777	R\$ 0
2010	R\$ 3.391.916	R\$ 47.743	R\$ 3.344.173	R\$ 0
...				

Fonte:

## **5 – TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**

### **5.2.1 – Análise Crítica De Restos a Pagar**

A análise crítica da Movimentação e Saldos de Resto a Pagar de Exercícios Anteriores fica prejudicada em face da ausência de movimentação pela UJ, conforme se denota no item precedente.

**5 – TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**

**5.3 – Transferências Efetuadas no Exercício por Convênios, Contrato de Repasse, etc**

O quadro que segue contempla o conjunto os valores relativos ao conjunto de instrumentos vigentes, relativas as Transferências por Convênios, Contrato de Repasse, Termo de Parceria, Termo de Cooperação, Termo de Compromisso ou Outros Ajustes ou Instrumentos Congêneres.

**Quadro A.5.3 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência**

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA EM SANTA CATARINA									
CNPJ: 00.396.895/0030-60					UG/GESTÃO: 130072				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contra-partida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
1	755855/11	83807586/0001-28	7.090.225	1.445.710	870.310	1.928.625	01/08/2011	31/12/2015	1
1	756431/11	83807586/0001-28	20.631.990	4.157.235	3.882.160	3.882.160	17/11/2011	31/12/2015	1
			27.722.215,00						
<p><b>LEGENDA</b></p> <p><b>Modalidade:</b></p> <p>1 - Convênio 2 - Contrato de Repasse 3 - Termo de Cooperação 4 - Termo de Compromisso</p> <p><b>Situação da Transferência:</b></p> <p>1 - Adimplente 2 - Inadimplente 3 - Inadimplência Suspensa 4 - Concluído 5 - Excluído 6 - Rescindido 7 - Arquivado</p>									
Fonte: SICONV									

O quadro abaixo detalha por instrumentos a quantidade e volume de recursos repassados no exercício de 2011 e 2012. A inexistência de convênios efetivados no ano de 2011 se deve pelas razões expostas na análise crítica feita ao final deste capítulo.

<b>Quadro A.5.4 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios</b>						
Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	SUPRINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA EM SANTA CATARINA					
CNPJ:	00.396.895/0030-60					
UG/GESTÃO:	130072					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Convênio	0	2	0	870.310,00	4.940.475,00	-
Contrato de Repasse						
Termo de Cooperação						
Termo de Compromisso						
<b>Totais</b>	0	2	0	870.310,00	4.940.475,00	-

A tabela a seguir contempla informações relativas aos números de instrumentos que terão vigência no exercício de 2013.

<b>Quadro A.5.5 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2013 e exercícios seguintes</b>					
Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA EM SANTA CATARINA					
CNPJ: 00.396.895/0030-60			UG/GESTÃO: 130072		
Modalidade	Qtd. de Instrumentos com Vigência em 2013 e Seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor Global Repassado até o Final do Exercício de 2012
		Contratados	Repassados até 2012	Previstos para 2013	
Convênio	2	27.722.215,00	5.810.785,00	3.692.920,00	20,96%
Contrato de Repasse					#DIV/0!
Termo de Cooperação					#DIV/0!
Termo de Compromisso					#DIV/0!
<b>Totais</b>	2	27.722.215,00	5.810.785,00	3.692.920,00	20,96%

Fonte: SICONV

A tabela a seguir demonstra a quantidade de instrumentos de convênios com os respectivos montantes repassados, segmentados por ano em que deveriam ser prestadas as contas, de forma a evidenciar o perfil da prestação de contas das transferências sob essas modalidades.

**Quadro A.5.6 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.**

Unidade Concedente					
Nome: SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA EM SANTA CATARINA					
CNPJ: 00.396.895/0030-60			UG/GESTÃO: 130072		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2012	Contas Prestadas	Quantidade	1		
		Montante Repassado	1.058.315,00		
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
2011	Contas Prestadas	Quantidade	3		
		Montante Repassado	1.523.098,00		
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
2010	Contas Prestadas	Quantidade	2		
		Montante Repassado	3.016.000,00		
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
Anteriores a 2010	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			

O quadro abaixo se refere às informações sobre a análise das prestações de contas a cargo da concedente e do contratante. Com base nos exercícios em que as contas foram apresentadas, a apresentação a seguir envolve informações de quantidade e montante relacionadas as contas analisadas e não analisadas.

<b>Quadro A.5.7 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse</b>				Valores em R\$ 1,00	
Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA EM SANTA CATARINA					
CNPJ: 00.396.895/0030-60			UG/GESTÃO: 130072		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2012	Quantidade de Contas Prestadas			1	
	Com Prazo de Análise ainda não Vencido	Quantidade	Contas Analisadas		
			Contas Não Analisadas		
		Montante Repassado (R\$)			
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	5	
			Quantidade Reprovada		
			Quantidade de TCE		
Contas NÃO Analisadas		Quantidade	1		
	Montante Repassado (R\$)	1.058.315,00			
2011	Quantidade de contas prestadas			3	
	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada			
		Quantidade Reprovada			
		Quantidade de TCE			
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		3	
Montante repassado (R\$)		1.523.098,00			
2010	Quantidade de Contas Prestadas			2	
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada			
		Quantidade Reprovada			
		Quantidade de TCE			
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		1	
Montante Repassado		1.000.000,00			
Exercícios Anteriores a 2010	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		0	
		Montante Repassado		-	

Fonte: SFA-SC

## 5 – TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

### 5.3.1 – Análise Crítica das Transferências Efetuadas no Exercício por Convênios, Contrato de Repasse, etc

Análise crítica sobre a situação da gestão das transferências vigentes no exercício e seus efeitos no médio e longo prazo é obrigatória e aplicável a todas as UJ.

Nesse contexto e sem prejuízo de outras abordagens que a UJ considere adequado fazer, importa que a UJ informe sobre:

- Medidas adotadas para sanear as transferências na situação de inadimplente:

- **Não ocorreu situação de inadimplência.**

- Situação das transferências efetuadas no exercício frente ao disposto no Art. 35 do Decreto 93.872/86 e do art. 12, § 1º, do Decreto 6.752/2010, com a redação dada pelo Decreto 6.993/2010, ou legislação que o altere:

- **As transferências realizadas atenderam ao disposto nos mencionados decretos.**

- Evolução das transferências efetuadas nos três últimos exercícios, quanto à quantidade e volume de recursos transferidos.

2010	2011	2012
0	4.940.475,00	870.310,00

**Obs: Valores conforme demonstrado no quadro A.5.4**

- No ano de 2010, não ocorreu liberação de recursos em virtude de contingenciamento aliado as restrições da legislação eleitoral em ano de eleição. Já no ano de 2011, foram celebrados dois convênios plurianuais, sendo um para a área de Defesa Sanitária Animal e outro para a área de Defesa Sanitária Vegetal. Embora no ano de 2012 estivesse previsto o repasse de R\$ 4.761.725,00, foram repassados apenas R\$ 870.310,00 em vista das restrições da legislação eleitoral e ainda do aditamento do prazo de execução dos recursos de 2011, da área animal, por solicitação do conveniente.

- Medidas adotadas para gerir as transferências no exercício de 2012;
  - A gerência dos convênios está sob a responsabilidade do acompanhante *in loco* de cada convênio, formalmente designado, sob supervisão da chefia do Serviço e da chefia da Divisão de Defesa Agropecuária, com apoio da área financeira.
- Análise da evolução das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2012, quanto à conformidade das prestações de contas com os prazos regulamentares;

- As prestações de contas referentes às transferências expiradas em 2012, em número de 05 (nove), foram apresentadas pelos convenentes nos prazos regulamentares (até 60 dias após o término da vigência do convênio) e encontra-se em análise nas áreas correspondentes. Destacamos que uma prestação de contas refere-se à prestação de contas parcial de recursos liberados em 2011.

- Análise da evolução das análises das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2012, quanto à eficiência e eficácia dos procedimentos adotados, bem como quanto à disponibilidade adequada de recursos humanos e materiais para tanto;

- Recebida a prestação de contas é autuada (aberto o processo) e encaminhada ao setor competente (SEOF) para o registro da entrega no SIAFI, em seguida é encaminhada para o acompanhante *in loco* para a emissão do seu relatório de acompanhamento e em seguida é encaminhada ao SEOF para a análise financeira.

- No ano de 2012 foi treinado um técnico da área financeira sobre análise de Prestação de Contas e com a colaboração de um técnico designado pela CAO/SDA, foram analisadas 06 (seis) prestações de contas, sendo 05 (cinco) delas aprovadas e uma encontra-se em diligência. As demais estão em análise pelo setor financeiro.

- Das 05 (cinco) prestações de contas pendentes de aprovação, todas contam com o relatório de acompanhamento *in loco*. Duas encontra-se em diligência e as demais se encontram no Serviço de Execução Orçamentária e Financeira (SEOF) para análise financeira e registros. Destacam-se as dificuldades de análise e registros das 03 (três) prestações de contas de 2011 e uma de 2012, constantes no SICONV.

- Estruturas de controle definida para o gerenciamento das transferências, informando, inclusive, a capacidade de fiscalização *in loco* da execução dos planos de trabalho contratados.

- Os controles e o gerenciamento das transferências são realizados pelo próprio acompanhante *in loco*, designado para tal. A fiscalização e o acompanhamento *in loco* tem sido a contento e não ocorreu falta de infraestrutura e recursos financeiros para o exercício da atividade. Todavia, a principal dificuldade no acompanhamento dos convênios na área de defesa agropecuária, diz respeito a sua dinâmica por abranger atividades continuadas e distribuídas em todo o território catarinense.

- Análise da efetividade das transferências como instrumento de execução descentralizada das políticas públicas a cargo da UJ.

- Considerando a dificuldade financeira por que passa o Órgão Executor da Defesa Sanitária Animal e Vegetal, no caso a conveniente, as transferências de recursos se revestem de importância capital na execução dos programas e ações nessas áreas que são fundamentais para garantir as condições necessárias para a

comercialização e circulação dos produtos agropecuários em todo o território brasileiro e especialmente para atender os requisitos na exportação.

**5 – TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**

**5.4 – Informações sobre a Utilização de Suprimento de Fundos, contas bancárias tipo B e Cartões de Crédito**

No decorrer do exercício de 2012, não houve operações com cartão corporativo, motivo pelo qual não há registros a serem informados neste item.

**Quadro A.5.8 – Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos (SF)**

Suprimento de Fundos					
Código da UG	Nome da UG	Valores			Total Geral
		Conta Tipo "B"	CPGF		
			Saque	Fatura	
UG 1					-
UG 2					-
UG 3					-
UG n...					-
Total Utilizado pela UJ por Tipo de SF		-	-	-	-

**Quadro A.5.9 – Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos por UG e por Suprido (Conta Tipo "B")**

Valores em R\$ 1,00

Código da UG 1	Nome da UG							
Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização do CPGF	Nº Processo Prestação de Contas
		Nº	Data	ND				
Total Utilizado pela UG								
Código da UG 2	Nome da UG							
Total Utilizado pela UG								
Total Utilizado pela UJ								

Fonte:

**Quadro A.5.10 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador**

Valores em R\$ 1,00

Código da UG 1				Limite de Utilização da UG			
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total		
			Saque	Fatura			
Total Utilizado pela UG							
Código da UG 2				Limite de Utilização da UG			
Total Utilizado pela UG							
Total Utilizado pela UJ							

Fonte:

**Quadro A.5.12 - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo "B" e CPGF)**

Suprimento de Fundos												
Situação	Conta Tipo "B"						CPGF					
	2012		2011		2010		2012		2011		2010	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas												
PC Aguardando Análise												
PC em Análise												
PC não Aprovadas												
PC Aprovadas												

## 5 – TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

### 5.5 – Renúncias Tributárias sob Gestão da SFA-SC

O quadro a seguir, reúne informações que contemplam os seguintes dados: a) do tributo sobre o qual a renúncia incide; b) da legislação que a disciplina (leis, decretos, portarias etc.); c) da sua natureza, conforme o disposto no art. 14, § 1º, da LRF; d) dos objetivos sócio-econômicos da renúncia; e) da condição imposta para fruição do benefício tributário (contrapartida), com a discriminação dos critérios estabelecidos para seu cumprimento e da legislação que os define; f) do prazo de vigência da renúncia; g) das medidas de compensação utilizadas para a concessão da renúncia, conforme se descreve a seguir.

**Quadro A.5.13 – Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ**

Tributo	Legislação	Natureza da Renúncia (LRF, art. 14, § 1º)	Objetivos Socioeconômicos	Contrapartida Exigida	Prazo de Vigência	Medidas de Compensação

Fonte:

No curso do exercício de 2012 não houve registro de movimentações desta natureza pela SFA-SC, sendo que fica prejudicado o preenchimento de informações na tabela acima.

Não havendo informações relacionadas a Renúncias Tributárias sob gestão desta UJ, ficam prejudicadas as informações relacionadas às tabelas A.5.14 a A.5.20, motivo pelo qual não serão relacionadas.

**Quadro A.5.21 - Comunicações à RFB**

Renúncia	2012				2011				2010			
	Comunicações		Valores Indevidament e Renunciados		Comunicações		Valores Indevidament e Renunciados		Comunicações		Valores Indevidament e Renunciados	
	Susp.	Canc.	Susp.	Canc.	Susp.	Canc.	Susp.	Canc.	Susp.	Canc.	Susp.	Canc.

**Quadro A.5.22 - Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas**

Ano	Metas				Renúncia/PIB (%)
	Descrição	Indicador	Prev.	Real.	Nac.
2012					
2011					
2010					

**Quadro A.5.23 - Ações da RFB**

Renúncia	Fiscalizações	Autos de Infração	
		Qtd. Empresas	Valor (R\$)
<b>TOTAL</b>	0	0	-

---

**5 – TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**

**5.6 – Gestão de Precatórios**

**Análise Crítica:** Deixamos de preencher os quadros A.5.24 e A.5.25 a seguir, por não se aplicar a esta SFA

**Quadro A.5.24 – Requisições e Precatórios – Administração Direta**

Precatórios - Requisição												
Administração Direta												
Natureza	Quantidade de Requisição e Valor						Quantidade de Precatório e Valor					
	2011		2010		2009		2011		2010		2009	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
Alimentícia												
Comum												
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>-</b>	<b>0</b>	<b>-</b>	<b>0</b>	<b>-</b>	<b>0</b>	<b>-</b>	<b>0</b>	<b>-</b>	<b>0</b>	<b>-</b>
Precatórios – Dotação e Pagamento												
Natureza	Dotação Orçamentária			Valores Pagos/Tipo de Credor						Saldos a Pagar		
				Pessoa Física			Pessoa Jurídica					
	2012	2.011,00	2010	2.012,00	2011	2.010,00	2012	2.011,00	2010			
Alimentícia												
Comum												
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	
<b>Observações:</b>												

Fonte:

**Quadro A.5.25 – Requisições e Precatórios – Administração Indireta**

Precatórios - Requisição												
Administração Indireta												
Natureza	Quantidade de Requisição e Valor						Quantidade de Precatório e Valor					
	2011		2010		2009		2011		2010		2009	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
Alimentícia												
Comum												
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>-</b>	<b>0</b>	<b>-</b>	<b>0</b>	<b>-</b>	<b>0</b>	<b>-</b>	<b>0</b>	<b>-</b>	<b>0</b>	<b>-</b>
Precatórios – Dotação e Pagamento												
Natureza	Dotação Orçamentária			Valores Pagos/Tipo de Credor						Saldos a Pagar		

				Pessoa Física			Pessoa Jurídica			
	2012	2.011,00	2010	2.012,00	2011	2.010,00	2012	2.011,00	2010	
Alimentícia										
Comum										
Total	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Observações:</b>										

**Fonte:**

**6 – GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS****6.1 – Estrutura de Pessoal da Unidade**

A composição do quadro de pessoal será feita por meio de três quadros abaixo, sendo o primeiro a posição efetiva e autorizada do quadro de RH da SFA-SC, bem como os ingressos e egressos de servidores no curso do exercício de referência; o segundo dará a composição do quadro de pessoal por faixa etária; e, o terceiro e último a composição por nível de escolaridade.

Na tabela abaixo, a primeira coluna discrimina a tipologia de cargos da Administração Pública, sendo que as demais colunas informam a lotação autorizada e efetiva em 2012 e o número de ingressos e egressos no curso do exercício.

**Quadro A.6.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12**

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	345	345	2	0
1.1. Membros de poder e agentes políticos				
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	345	345	2	0
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	345	345	2	
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório				
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas				
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>				
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	1	1		
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	<b>346</b>	<b>346</b>	<b>2</b>	<b>0</b>

Fonte:DW/Excel

<b>Quadro A.6.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12</b>	
<b>Tipologias dos afastamentos</b>	<b>Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro</b>
<b>1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)</b>	<b>3</b>
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	
1.2. Exercício de Função de Confiança	
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	3
<b>2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)</b>	<b>0</b>
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	
<b>3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)</b>	<b>0</b>
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	
<b>4. Licença Remunerada (4.1+4.2)</b>	<b>0</b>
4.1. Doença em Pessoa da Família	
4.2. Capacitação	
<b>5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)</b>	<b>0</b>
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	
5.2. Serviço Militar	
5.3. Atividade Política	
5.4. Interesses Particulares	
5.5. Mandato Classista	
<b>6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)</b>	
<b>7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)</b>	<b>3</b>
<b>Fonte: DW/Excel</b>	

<b>Quadro A.6.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)</b>				
<b>Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas</b>	<b>Lotação</b>		<b>Ingressos no Exercício</b>	<b>Egressos no Exercício</b>
	<b>Autorizada</b>	<b>Efetiva</b>		
<b>1. Cargos em Comissão</b>	<b>14</b>	<b>14</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
1.1. Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	<b>14</b>	<b>14</b>	-	-
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	<b>13</b>	<b>13</b>	-	-

1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	-	-	-	-
1.2.4. Sem Vínculo	1	1	-	-
1.2.5. Aposentados	-	-	-	-
<b>2. Funções Gratificadas</b>	<b>11</b>	<b>11</b>	-	-
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	11	11	-	-
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	-	-	-	-
<b>3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>	<b>25</b>	<b>25</b>	-	-

Fonte:DW/Excel

**6 – GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS  
RELACIONADOS**

**6.2 – Composição do Quadro de Recursos Humanos por Faixa Etária**

O a seguir, correspondente ao segundo demonstrativo, contempla a composição do quadro de recursos humanos por faixa etária, sendo composto de dois (2) grupamentos de informação.

O primeiro corresponde aos grupos de tipologias do cargo discriminados no Quadro A.6.1 anterior, enquanto o segundo compreende um conjunto de cinco (5) colunas discriminando cinco (5) faixas etárias sucessivas e complementares.

**Quadro A.6.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31/12**

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	2	46	53	158	55
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos					
1.2. Servidores de Carreira	2	46	53	158	55
1.3. Servidores com Contratos Temporários					
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	1	3	6	8	3
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	1	3	5	3	2
2.3. Funções Gratificadas			1	5	1
<b>3. Totais (1+2)</b>	3	49	59	166	58

Fonte:DW/Excel

**6 – GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS  
RELACIONADOS**

**6.3 – Composição do Quadro de Recursos Humanos por Nível de Escolaridade**

O abaixo, correspondente ao terceiro demonstrativo, contempla a composição do quadro de recursos humanos por nível de escolaridade, sendo composto de dois (2) grupamentos de informação.

O primeiro corresponde aos grupos de tipologias do cargo discriminados no quadro anterior, enquanto o segundo compreende um conjunto de nove (9) colunas discriminando nove (9) níveis de escolaridade distintos.

**Quadro A.6.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12**

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	-	3	-	29	107	205	-	-	-
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira		3		29	107	203	-	-	-
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	-	-	-	-	-	2	-	-	-
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	-	-	-	-	5	16	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	1	13	-	-	-
2.3. Funções Gratificadas	-	-	-	-	4	3	-	-	-
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>29</b>	<b>112</b>	<b>221</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

**LEGENDA**

**Nível de Escolaridade**

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

**6 – GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS  
RELACIONADOS**

**6.4 – Quadro de Custos de Recursos Humanos**

A tabela que segue demonstra a estratificação do quadro de pessoal, divididas e, sete tipologias de servidores, relacionando-as, nos exercícios de 2010 a 2012, em valores, segundo as diferentes naturezas de despesas com pessoal.

Quadro A.6.6 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores											Valores em R\$ 1,00
Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
<b>Membros de Poder e Agentes Políticos</b>											
Exercícios	2012										-
	2011										-
	2010										-
<b>Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão</b>											
Exercícios	2012	21.248.279,64		25.918.154,06	5.025.256,37	1.311.218,58	225.868,00	372.480,74	3.433,51	18.866,52	54.123.557,42
	2011	20.780.938,45	98,22	25.494.993,68	5.001.143,49	1.321.922,89	227.337,00	354.056,79		19.575,92	53.200.066,44
	2010	19.403.182,77		23.743.756,71	4.604.019,60	1.374.249,75	149.764,00	354.593,78	36.566,40	90.815,98	49.756.948,99
<b>Servidores com Contratos Temporários</b>											
Exercícios	2012										-
	2011										-
	2010										-
<b>Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença</b>											
Exercícios	2012	42.672,83		1.595,40	4.797,66	1.486,76	152,00		1.595,71	736,80	53.037,16
	2011	264.276,19		32.100,60	28.638,42	9.790,10	3.310,83			4.420,80	342.536,94
	2010	310.937,02		41.214,52	23.135,38	13.943,55	2.745,69		4.000,00	4.420,80	400.396,96
<b>Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial</b>											
Exercícios	2012										-
	2011										-
	2010										-
<b>Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior</b>											
Exercícios	2012	1.201.778,50	220.700,49	1.145.370,65	163.406,10	65.884,74	29.997,93	19.091,20			2.846.229,61
	2011	1.109.511,87	236.743,91	1.167.129,42	176.812,59	61.272,08	21.767,93	23.746,42			2.796.984,22
	2010	856.887,95	206.008,61	996.174,55	118.887,43	49.523,16	7.932,71	22.720,17	2.200,53	3.607,86	2.263.942,97
<b>Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas</b>											
Exercícios	2012	789.866,69	94.469,54	417.168,56	109.966,96	90.717,44	16.884,84	8.919,57	1.335,32		1.529.328,92
	2011	649.946,35	85.663,30	326.143,59	62.547,99	89.439,50	10.700,70	1.191,67			1.225.633,10
	2010	675.803,82	84.531,75	349.531,36	81.279,21	83.676,20	14.889,26	6.664,31			1.296.375,91

---

Fonte:DW/Excel

	Anos	Total	Média Mês
Exercícios	2012	58.552.153,11	4.879.346,09
	2011	57.565.220,70	4.797.101,73
	2010	53.717.664,83	4.476.472,07

**6 – GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS  
RELACIONADOS**

**6.5 – Composição do Quadro de Servidores Inativos e pensionistas**

A seguir apresentamos demonstrativos do quadro de servidores inativos e pensionistas, sendo que a descrição será por meio de duas tabelas, assim definida: 1ª compreenderá a composição do quadro de servidores inativos; e, 2ª a composição do quadro dos instituidores de pensão.

As tabelas apresentam na primeira coluna dois regimes de proventos, subdivididos em quatro regimes de aposentadoria cada um, e as demais colunas, respectivamente, demonstram o número total de servidores em 31.12.2012 e quantidade de ocorrências verificadas no curso do exercício em referência.

<b>Quadro A.6.7 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro</b>		
<b>Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria</b>	<b>Quantidade</b>	
	<b>De Servidores Aposentados até 31/12</b>	<b>De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência</b>
<b>1. Integral</b>	190	5
1.1 Voluntária	162	5
1.2 Compulsória	1	
1.3 Invalidez Permanente	26	
1.4 Outras	1	
<b>2. Proporcional</b>	46	0
2.1 Voluntária	43	
2.2 Compulsória	2	
2.3 Invalidez Permanente	1	
2.4 Outras		
<b>3. Totais (1+2)</b>	236	5

**Quadro A.6.8 - Instituidores de Pensão –Situação Apurada em 31/12**

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
<b>1. Aposentado</b>	140	5
1.1. Integral	102	-6
1.2. Proporcional	38	11
<b>2. Em Atividade</b>	233	7
<b>3. Total (1+2)</b>	<b>373</b>	<b>12</b>

Fonte:DW/Excel

**6 – GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS**  
**RELACIONADOS**

**6.6 – Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos**

A Superintendência tem buscado de forma sistêmica, modos eficazes de aferir o desempenho do quadro funcional, por meios que resultem num trabalho criterioso e com padrões de eficiência no mais elevado nível possível, sem esquecer, quando da aferição dos indicadores de desempenho, de aspectos de justiça e de humanidade, e que detalhamos a seguir:

**ABSENTEÍSMO:** Tem se buscado reduzir os impactos relacionados as ausências injustificadas dos servidores, dando um foco maior no acompanhamento da saúde, da educação continuada e das atividades de inserção social. São inúmeros os problemas detectados junto ao quadro funcional, sobressaindo-se como os de maiores incidências os problemas relacionados com bebidas alcoólicas e psicossociais. Podemos ainda destacar dentre estes, situações agravadas por *stress*, mal este que tem sido a tônica na vida moderna.

**ACIDENTES DE TRABALHO E DOENÇAS OCUPACIONAIS:** já vêm sendo constante a preocupação o fato das doenças ocupacionais, sendo que são várias as iniciativas que vem sendo empreendidas pela administração da Superintendência. Continuamos a buscar meios que reduzam drasticamente a possibilidade de ocorrência de doenças como a LER – Lesão por Esforço Repetitivo, iniciativas estas que vão desde a aquisição de materiais e equipamentos que minimize impactos ao ser humano, até a realização de ginásticas laborais no intuito de evitar o registro de afastamentos de servidores por contas de doenças ocupacionais.

**ROTATIVIDADE:** este cenário não vem sendo objeto de maiores preocupações, apesar de esta ocorrência estar mais relacionada a movimentação de servidores entre as próprias unidades do Ministério, pois a ausência de novos concursos não tem gerado situação de excesso de servidores que pudessem ocasionar rotatividade de servidores. O próprio fato do nível elevado de concessão de aposentadoria tem contribuído drasticamente para ausência de rotatividade do quadro funcional.

**EDUCAÇÃO CONTINUADA:** Várias foram ações visando possibilitar meios para capacitação de servidores, apesar de estes treinamentos terem sido em sua maioria destinada principalmente para a área fim do Órgão. Evidentemente que mesmo com esta restrição, foram feitas inúmeras investidas para obtenção de recursos subsidiando cursos direcionados à área de apoio. Dentre os vários processos de capacitação, destacamos treinamentos realizados com a participação de servidores em eventos tais como congressos, simpósios e muitas outras formas de capacitação. Para se atingir estes objetivos, destacamos como principais, o intercambio criado com organizações preparadas principalmente para serviços de instrumentos difusores de ensinamento, tais como a ESAF – Escola Superior de Administração Fazendária – ESAF, que tem dado resultados significativos a Instituição.

**DISCIPLINA:** o servidor público federal, regido pela Lei nº 8.112/90, que estabelece os seus deveres e direitos.

Os indicadores descritos acima, obedecidas as diretrizes e matrizes estabelecidas pela administração central do MAPA, servem de base para a avaliação de desempenho, realizada periodicamente, elaborada mediante consulta com as chefias imediatas dos funcionários avaliados.

Este método, apesar de ter algumas resistências em face do perfil ser avaliado mediante critério pessoalíssimo, permite com que se possa fazer um diagnóstico em cima de conceito mais humano, no entanto, essa metodologia não elide a necessidade de se produzir um processo de avaliação formativa, e que busque um programa instrucional visando o seu aperfeiçoamento.

Como supracitado, o número elevado de concessão de aposentadoria tem gerado séria preocupação aos gestores na Superintendência, fato este não ser exclusividade esta Unidade, pois o envelhecimento do quadro de servidores, tem ocasionado uma redução significativa do quadro de servidores, mas em contrapartida, o número de atendimentos e serviços realizados sob a tutela do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em especial a Superintendência de Santa Catarina, tem dado mostra cabal de sua impotência frente a este grave cenário, pois é iminente o risco de não se ter servidores ativos suficientes para o desempenho laboral à sociedade brasileira.

**6 – GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS**  
**RELACIONADOS**

**6.7 – Informações Sobre a Terceirização de Mão de Obra e Sobre o Quadro De Estagiários**

Os contratos de prestação de serviço, serão detalhados por meio de dois demonstrativos assim divididos: a)- Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva b)- Contratos de prestação de serviço com locação de mão de obra.

A tabela a seguir apresenta os contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e de vigilância ostensiva que tiveram em vigência no exercício de 2012. Contempla ainda a informação, contratos já encerrados ou que foram celebrados no decorrer do exercício.

**Quadro A.6.17 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva**

Unidade Contratante													
Nome: SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA EM SANTA CATARINA													
UG/Gestão: 120072						CNPJ: 00.396.895/0030-60							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	L	O	8	00.482.840/0001-38	01/07/2010	31/07/2012	-	8	-	2	-	-	E
2012	L	O	9	00.482.840/0001-38	01/08/2012	31/07/2013	-	8	-	2	-	-	A
2009	V	O	7	92.653.666/0001-67	22/07/2009	31/01/2013	-	1	-	3	-	-	P
2010	V	O	15	10.364.152/0001-27	18/11/2010	31/01/2013	-	2	-	1	-	-	P
Observações:													
<b>LEGENDA</b>													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte:

O quadro abaixo demonstra os contratos de prestação de serviços em vigência no exercício de 2012, sendo computados os contratos já encerrados ou que foram firmados no curso do ano em referência.

Quanto aos campos do detalhamento do nível de escolaridades, os mesmo não foram preenchidos em face de não haver exigências contratuais acerca deste quesito.

**Quadro A.6.18 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra**

Unidade Contratante													
Nome: SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA EM SANTA CATARINA													
UG/Gestão: 130072						CNPJ: 00.396.895/0030-60							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	1	O	7	92.653.666/0002-48	22/07/2009	31/03/2013	-	1	-	3	-	-	P
2010	1	O	15	10.364.142/0001-27	18/11/2012	31/03/2013	-	2	-	1	-	-	P
2010	5	O	2	84.965.706/0001-89	02/02/2010	31/01/2013	-	-	-	2	-	-	P
2010	4	O	2	84.965.706/0001-89	02/02/2010	31/01/2013	-	2	-	-	-	-	P
2010	9	O	2	84.965.706/0001-89	02/02/2010	31/01/2013	-	8	-	-	-	-	P
2011	5	O	5	03.814.774/0001-44	01/07/2011	30/06/2013	-	-	-	2	-	-	P
2011	5	O	6	03.814.774/0001-44	01/11/2011	31/10/2013	-	-	-	1	-	-	P
2012	5	O	1	08.629.207/0001-31	11/06/2012	11/06/2013	-	-	-	1	-	-	A
2012	7	O	2	00.482.840/0001-38	02/05/2012	30/04/2013	-	2	-	-	-	-	A
2011	3	O	7	04.675.257/0001-69	01/07/2011	30/06/2013	-	-	-	1	-	-	P
Observações:													
<b>LEGENDA</b>						Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.							
Área:						Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.							
1. Segurança;						Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.							
2. Transportes;						Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.							
3. Informática;													
4. Copeiragem;													
5. Recepção;													
6. Reprografia;													
7. Telecomunicações;													
8. Manutenção de bens móveis													
9. Manutenção de bens imóveis													

- 10. Brigadistas
- 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes
- 12. Outras

Fonte:

O demonstrativo abaixo apresenta informações acerca do quantitativo trimestral de contratos de estágio vigentes, separando-o por nível de escolaridade exigida para o desempenho das atividades, atividades estas distribuídas nas áreas fins e meio da SFA-SC.

**Quadro A.6.19 - Composição do Quadro de Estagiários**

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
<b>1. Nível superior</b>	19	21	17	14	125.040,94
1.1 Área Fim					
1.2 Área Meio					
<b>2. Nível Médio</b>	8	7	6	4	24.230,32
2.1 Área Fim					
2.2 Área Meio					
<b>3. Total (1+2)</b>	<b>27</b>	<b>28</b>	<b>23</b>	<b>18</b>	<b>149.271,26</b>

Fonte:DW/Excel

**7 – GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO**

**7.1 – Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União ou Locado de Terceiros**

O Quadro A.7.1 a seguir, denominado **Distribuição Espacial de Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União**, está organizado de modo a permitir a identificação do quantitativo de imóveis de propriedade da União que estavam sob a responsabilidade da UJ no final dos exercícios 2011 e 2012, contemplando a localização geográfica dos bens locados no Brasil e no exterior.

O Quadro A.7.2 – Distribuição Espacial dos bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros, não se aplica a esta UJ, por esse motivo não foi preenchido

**Parte A, item 7, do Anexo II da DN TCU n.º 119, DE 18/1/2012**

**Quadro A.7.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União**

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	UF 1		
	SC	9	7
	São José/SC	4	1
	Concórdia	1	1
	Blumenau	1	1
	Indaial	1	1
	Capinzal	1	1
	Jaguaruna	1	1
	Porto União		1
<b>Subtotal Brasil</b>		<b>9</b>	<b>7</b>
EXTERIOR	PAÍS 1		
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade "n"		
	PAÍS "n"		
	cidade 1		
	cidade "n"		
<b>Subtotal Exterior</b>			
<b>Total (Brasil + Exterior)</b>		<b>9</b>	<b>7</b>

O quadro abaixo está organizado de forma a contemplar os atributos e características dos imóveis de uso especial de propriedade da União, assim como as despesas com reformas e manutenção, incorridas no exercício de referência, do relatório de gestão. Nesse quadro estão relacionados todos os imóveis que, em 31/12/2012, estavam sob a responsabilidade desta Superintendência.

<b>Quadro A.7.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ</b>								
UG	RIP	Re gi me	Est ad o de Co nse rv aç ão	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliaç ão	Valor Reavalia do	Com Reformas	Com Manutençã o
130072	832700028500-0	21	3	356.488,33				
130072	832700029500-5	21	3	271.911,92				
130072	832700030500-0	21	3	527.096,52			<b>130.000,00</b>	<b>141.701,05</b>
130072	832700031500-6	21	3	30.458,52				
130072	804700021500-7	21	3	98.558,66				
130072	808300013500-0	21	3	87.636,57				
130072	814700002500-0	16	3	2.815.754,66				
130072	817300002500-9	16	3	21.968,76				
130072	807500003500-4	16	3	1.746.019,35				
<b>Total</b>							<b>130.000,00</b>	<b>141.701,05</b>
<b>Fonte:</b>								

#### **Análise crítica:**

No total são 9 (nove) imóveis sob a responsabilidade desta UJ, sendo 04 (quatro) na Cidade de São José/SC, onde desde meados de 2009 encontra-se instalada a sede estadual da Superintendência, e outros 5 (cinco) em municípios no interior do Estado.

Os imóveis localizados nas cidades de Blumenau (SC) e Concórdia (SC) estão em uso pela própria, estando ali às unidades técnicas regionais. Já o imóvel de Indaial (SC) foi cedido à CIDASC, estando ali instalados, os setores de fiscalização da sanidade animal daquela Empresa pública, sendo que o seu uso não está devidamente regulado, pois se encontra ainda pendente o processo de cessão.

Quanto ao imóvel de Capinzal (SC) vem sendo utilizado pela Prefeitura Municipal daquela cidade, porém não há documento regulando a sua cessão de uso.

No que se refere ao imóvel de Jaguaruna (SC) está em uso pela APAE – Associação de Paes e Amigos dos Excepcionais daquele município, sem formalidade de cessão. Este imóvel encontra-se em bom estado de conservação.

## **8 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO**

### **8.1 – Gestão de Tecnologia da Informação (TI)**

Tendo em vista que a gestão de Tecnologia da Informação no âmbito do Ministério da Agricultura é afeta à Coordenação Geral de Tecnologia da Informação em Brasília, deixamos de preencher o Quadro A.8.1, de acordo com consulta efetuada a DRAGR/DR/SFC/CGU-PR em 07/03/2013.

<b>Quadro A.8.1 – Gestão Da Tecnologia Da Informação Da Unidade Jurisdicionada</b>	
<b>Quesitos a serem avaliados</b>	
<b>1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:</b>	
	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
	Designou formalmente um comitê de TI para <b>auxiliá-la nas decisões</b> relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
<b>2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:</b>	
	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
<b>3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:</b>	
	Auditoria de governança de TI.

	Auditoria de sistemas de informação.
	Auditoria de segurança da informação.
	Auditoria de contratos de TI.
	Auditoria de dados.
	Outra(s). Qual(is)? _____
	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
<b>4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:</b>	
	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: _____
<b>5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:</b>	
	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
<b>6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:</b>	
	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
	Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito).
	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
<b>7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre</b>	
	( ) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
	( ) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
	( ) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
	( ) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
	( ) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
	( ) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
<b>8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)</b>	
	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).

9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
	Entre 1 e 40%.
	Entre 41 e 60%.
	Acima de 60%.
	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	
<p>Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.</p> <p>Tendo em vista que a gestão de Tecnologia da Informação no âmbito do Ministério da Agricultura é afeta à Coordenação Geral de Tecnologia da Informação em Brasília, deixamos de preencher o Quadro A.8.1, de acordo com consulta efetuada a DRAGR/DR/SFC/CGU-PR em 07/03/2013.</p>	

**9 – GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

**9.1 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis**

Na tabela a seguir, relacionamos a avaliação dada por gestor desta Superintendência, a cerca da gestão ambiental e licitações sustentáveis desenvolvidas no decorrer do exercício de referência.

<b>Quadro A.9.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis</b>					
<b>Aspectos sobre a gestão ambiental</b>	<b>Avaliação</b>				
	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
<b>Licitações Sustentáveis</b>					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.				X	
• Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?					
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).				X	
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.			X		
• Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?					
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).				X	
• Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?					
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).				X	
• Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?					
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.				X	
• Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	Sim ( X )		Não ( )		
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).			X		
• Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?					
9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.			X		
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.				X	

11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					X
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.					X
• Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?					
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.			X		
• Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?					
Considerações Gerais:					
<b>LEGENDA</b>					
<b>Níveis de Avaliação:</b>					
(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) <b>Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) <b>Totalmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

**9 – GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

**9.2 – Consumo do papel, Energia e Água**

**Quadro A.9.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água**

**Adesão a Programas de Sustentabilidade**

Nome do Programa	Ano de Adesão	Resultados					
Recurso Consumido	Quantidade			Valor			
	Exercícios						
	2012	2011	2010	2012	2011	2010	
Papel <sup>1</sup>	1932	1659	1662	17.264,78	15.436,93	16.436,90	
Água <sup>2</sup>	5.831	4.523	3.149	75.807,63	58.785,28	40.934,23	
Energia Elétrica <sup>3</sup>	447.408	391.907	324.764	313.186,09	274.335,07	227.334,84	
			<b>Total</b>	<b>406.258,50</b>	<b>348.557,28</b>	<b>284.705,97</b>	

Fonte:

( <sup>1</sup> ) - Quantidade em Resmas.		
( <sup>2</sup> ) - energia = KWh		
( <sup>3</sup> ) - água = m3		

**10 – CONFORMIDADES E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS**

**10.1 – Informações acerca do cumprimento pela UJ das Obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730/1993**

Na forma que fixa o art. 4º da Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, os administradores desta Superintendência Federal de Agricultura em Santa Catarina – SFA-SC, sujeitos a exigência e enquadrados no que estabelece o art. 1º, do mesmo Diploma Legal, estão quites com as obrigações estabelecidas, tendo sido entregues tempestivamente a documentação relativa às declarações de bens e de rendas dos administradores e detentores de cargos de confiança.

<b>Quadro A.10.5 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR</b>				
<b>Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR</b>	<b>Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93</b>	<b>Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR</b>		
		<b>Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função</b>	<b>Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função</b>	<b>Final do Exercício Financeiro</b>
<b>Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)</b>	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
<b>Cargos Eletivos</b>	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
<b>Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)</b>	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			

Fonte:

**Análise Crítica**

A UJ mantém controle físico de entrega de cópia da Declaração de bens ou de Autorização para consulta na base de dados da SRF, sendo que não há sistema autorizado para controle de entrega e manutenção dos dados.

A área de Recursos Humanos, responsável pela manutenção atualizada dos dados, sempre ao final do período de entrega das declarações de ajustes de rendimentos à SRF, realiza levantamento das pendências, remetendo aos servidores responsáveis, um comunicado requerendo o saneamento da pendência relativa à obrigação estabelecida pela Lei 8.730/93.

Em ambas as formas de prestação da informação por parte do servidor junto a UJ, são realizadas por meio de papel, não havendo software preparado para recebimento dos dados por meio lógico.

Não obstante o fato de que os dados recebidos são armazenados junto ao dossiê funcional, os quais somente têm acesso de pessoas devidamente autorizadas, a UJ não dispõe de estrutura adequada e capacidade instrucional para realização de levantamento com o fito de aferir possíveis incompatibilidades de patrimônio em relação à remuneração recebida.

**10.1- Providências Adotadas para Atendimento de Demandas em Acórdãos do TCU ou em Relatórios de Auditoria**

**10.1.1 - Deliberações do TCU atendidas no exercício**

O quadro a seguir detalha as informações sobre as providências adotadas pelos órgãos e entidades jurisdicionados ao TCU para atender às suas deliberações estando estruturadas em dois (2) blocos de informação: **Unidade Jurisdicionada** e **Deliberações do TCU**, dividido o segundo bloco em duas partes complementares: **Deliberações expedidas pelo TCU**, que identifica a determinação ou a recomendação lavrada pelo TCU, a nível de item do Acórdão, e **Providências Adotadas**, que apresenta as informações do gestor sobre as providências adotadas para dar cumprimento ao Acórdão.

<b>Quadro A.10.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício</b>					
<b>Unidade Jurisdicionada</b>					
<b>Denominação Completa</b>					<b>Código SIORG</b>
<b>Deliberações do TCU</b>					
<b>Deliberações Expedidas pelo TCU</b>					
<b>Ordem</b>	<b>Processo</b>	<b>Acórdão</b>	<b>Item</b>	<b>Tipo</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
<b>Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação</b>					<b>Código SIORG</b>
<b>Descrição da Deliberação</b>					
<b>Providências Adotadas</b>					
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>					<b>Código SIORG</b>
<b>Síntese da Providência Adotada</b>					
<b>Síntese dos Resultados Obtidos</b>					
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>					

Não há registro junto a SFA-SC relativo à demanda provenientes do TCU no exercício de 2012.

<b>10.1– <u>Providências Adotadas para Atendimento de Demandas em Acórdãos do TCU ou em Relatórios de Auditoria</u></b>
<b>10.1.2 – Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício</b>

A tabela abaixo contém as justificativas para o não atendimento às deliberações do TCU e possui a mesma estrutura informacional contemplada no quadro descrito anteriormente, com exceção dos campos **Síntese da providência adotada** e **Síntese dos Resultados Obtidos** que são substituídos pelo campo **Justificativa para o seu não cumprimento**, que compreende as justificativas do setor responsável pelo não cumprimento da deliberação expedida pelo Tribunal.

<b>Quadro A.10.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício</b>					
Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Descrição da Deliberação					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Em face da inexistência de registros do item precedente, fica prejudicado o preenchimento da tabela acima.

**10.1– Providências Adotadas para Atendimento de Demandas em Acórdãos do TCU ou em Relatórios de Auditoria**

**10.1.3 – *Recomendações do OCI atendidas no exercício***

Abaixo demonstramos as informações relativas as providências adotadas frente a demanda originárias da CGU – Controladoria Geral da União, Órgão a que se jurisdiciona esta UJ para efeito de acompanhamento no decorrer do exercício de 2012. A demonstração está estruturada em dois blocos de informação: **Unidade Jurisdicionada** e **Recomendações do OCI**, dividido o segundo bloco em duas partes complementares, quais sejam: **Recomendações expedidas pelo OCI**, que identifica a recomendação expedida pelo OCI, e **Providências Adotadas**, que apresenta as informações do gestor sobre as providências adotadas para dar cumprimento à recomendação.

**Quadro A.10.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI**

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa		Código SIORG	
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Descrição da Recomendação			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Síntese da Providência Adotada			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

<b>10.1– <u>Providências Adotadas para Atendimento de Demandas em Acórdãos do TCU ou em Relatórios de Auditoria</u></b>
<b>10.1.4 – <u>Recomendações do OCI pendentes ao final do exercício</u></b>

A tabela seguinte contém as justificativas para o não atendimento às recomendações do OCI e possui a mesma estrutura informacional contemplada no **Quadro A.11.3** descrito anteriormente, com exceção dos campos **Síntese da providência adotada** e **Síntese dos Resultados Obtidos** que são substituídos pelo campo **Justificativa para o seu não cumprimento**, que compreende as justificativas do setor responsável pelo não cumprimento da recomendação expedida pelo OCI.

<b>Quadro A.10.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício</b>			
<b>Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação Completa</b>			<b>Código SIORG</b>
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações Expedidas pelo OCI</b>			
<b>Ordem</b>	<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	<b>Item do RA</b>	<b>Comunicação Expedida</b>
<b>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</b>			<b>Código SIORG</b>
<b>Descrição da Recomendação</b>			
<b>Providências Adotadas</b>			
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>			<b>Código SIORG</b>
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento</b>			
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>			

<b>Quadro A.10.5 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR</b>				
<b>Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR</b>	<b>Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93</b>	<b>Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR</b>		
		<b>Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função</b>	<b>Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função</b>	<b>Final do Exercício Financeiro</b>
<b>Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)</b>	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
<b>Cargos Eletivos</b>	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
<b>Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)</b>	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			

Fonte:

No que se refere às recomendações pendentes, esta UJ não possui atendimento sobrestado.

***10.1– Providências Adotadas para Atendimento de Demandas em Acórdãos do TCU ou em Relatórios de Auditoria***

***10.1.5 – Recomendações da Unidade de Controles Internos***

Não há registro de recomendações exaradas da unidade de controles internos visto que de acordo com o exposto do item “3.1”, deste Relatório, não há estrutura implantada deste tipo de acompanhamento, razão pela qual também não foram preenchidos os quadros A.10.5, a.11.3 e A.11.4

**10 – CONFORMIDADES E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS**

***10.2 – Declaração testando a Disponibilidade de Informações no SIASG e SICONV***

**DECLARAÇÃO**

Eu, **LUIZ GUSTAVO BALENA PINTO**, CPF nº 004.762.959-20, Superintendente Federal da Agricultura em Santa Catarina - Substituto, exercido na Superintendência Federal de Agricultura em Santa Catarina - SFA/SC, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo, que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade, estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

São José (SC) 27 de Março de 2013.



**LUIZ GUSTAVO BALENA PINTO**  
CPF: 004.762.959-20

**Superintendente Federal da Agricultura em Santa Catarina – SFA/SC**

## 11 – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

### 11.1 - Declaração do Contador Responsável



MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO  
Secretaria Executiva  
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração  
Coordenação-Geral de Administração de Pessoas

#### DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins, que os servidores abaixo relacionados, arrolados nas contas referentes ao exercício de 2012, da Coordenação de Contabilidade, estão em dia com a entrega das cópias das declarações de bens e rendas, em observância ao disposto na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, e em conformidade com o Item 11 parte A, do anexo II à Decisão Normativa TCU Nº 118, de 15 de janeiro de 2012.

Alberto Jerônimo Pereira  
José Calazans dos Santos

Brasília, 05 de fevereiro de 2013

JOSE LUIS DA SILVA  
Coordenador-Geral de Administração de Pessoas

Ministério da Agricultura, Pecuária e  
Abastecimento - MAPA

Conferido com o Original:  
Data: 11/03/13

Alberto Jerônimo Pereira  
Coordenador de Contabilidade  
TRC-00663-PE-8 GO  
SECRETARIA-MAPE-MAPA